



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 09 de Dezembro de 2019

A tragédia da educação

Nível de desempenho em matemática, ciências e interpretação de texto dos estudantes brasileiros no Pisa está entre os piores do mundo, não evolui há dez anos e compromete o futuro do País

Vicente Vilardaga

A educação vai de mal a pior no Brasil. As escolas estão ensinando menos do que o necessário e os alunos não estão aprendendo o suficiente. O modelo de ensino adotado no País vem se mostrando pouco eficaz e improdutivo e vai comprometer o desenvolvimento econômico futuro. A última pesquisa divulgada pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aponta que os últimos dez anos foram de estagnação no nível de desempenho escolar dos alunos brasileiros. O levantamento, referente a 2018, envolveu 600 mil alunos do ensino médio de 79 países, todos na faixa etária de 15 anos. Os estudantes foram avaliados em matemática, ciências e em capacidade de leitura. O Brasil, onde 10,7 mil alunos de 638 escolas fizeram as provas do Pisa, perdeu posições em matemática, ficando em 70º lugar, e em ciências, situando-

se na 66º posição. Em leitura houve uma ligeira melhora e os estudantes locais ficaram em 57º lugar. Na média geral, o País ficou entre os 20 países com pior avaliação. As notas brasileiras ficaram muito abaixo dos alunos dos países da OCDE, considerados referência em qualidade de educação.

Proficiência mínima

Em matemática, enquanto a média dos países desenvolvidos chegou a 489 pontos, o Brasil atingiu pitíacos 384 pontos. Em ciências, a pontuação brasileira atingiu 404 pontos, ante 489 dos países da OCDE. E em leitura, a nota local foi de 413 e a dos países com melhor desempenho alcançou 487 pontos. Os resultados do Pisa indicam que 43% dos estudantes brasileiros estão abaixo do nível 2, considerado a proficiência mínima da OCDE em matemática, ciências e leitura. Entre os países da OCDE, apenas 13,4% dos alunos apresentaram esse fraco desempenho. As melhores notas da avaliação foram alcançadas por alunos da China, Cingapura, Macau e Hong Kong. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, bem ao seu estilo avacalhador, se eximiu de responsabilidade pela baixa classificação brasileira no Pisa. Segundo ele, a “culpa é integralmente do PT”. “Esse governo não tem nada a ver com o Pisa”, diz.

Escolas públicas

Para o professor do Insper Sérgio Firpo, especialista em economia da educação, os resultados do Pisa refletem a baixa qualidade do ensino no País, especialmente nas escolas públicas. “A gente está muito abaixo de onde poderia estar”, diz Firpo. “Se essa situação se eternizar, boa parte de nossa população estará condenada a trabalhos com baixíssima produtividade, o que afetará nosso desenvolvimento econômico nos próximos anos”. Para Firpo, a precariedade do ensino é uma das razões da desigualdade social. Quatro entre dez adolescentes brasileiros atualmente na escola são incapazes de identificar a ideia principal de um texto, interpretar gráficos, resolver problemas com números inteiros e de entender um experimento científico elementar.

Apesar dos números ruins da educação brasileira e das barreiras para a inclusão escolar dos alunos de baixa renda, a OCDE destacou que o País conseguiu aumentar consideravelmente o número de adolescentes matriculados nas escolas sem que isso tenha levado a uma queda da nota média dos estudantes avaliados. Desde 2000, o Brasil tem apresentado aumento na atração de alunos no ensino fundamental. Entre 2003 e 2012, o

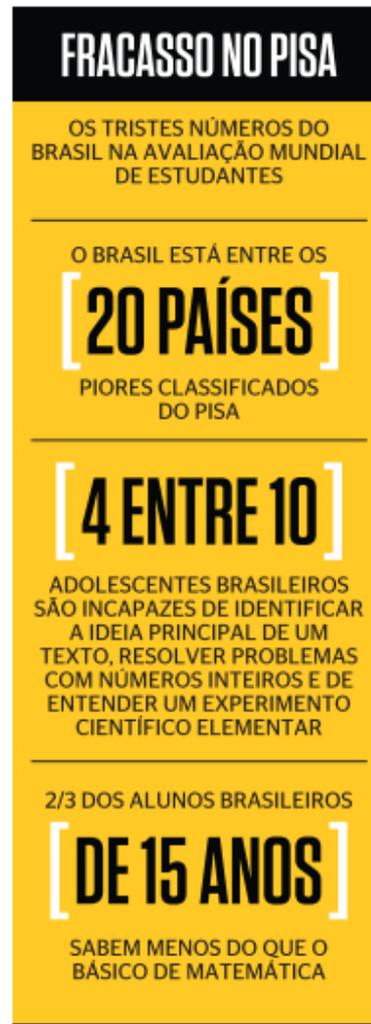




País garantiu a permanência de mais de 500 mil estudantes de 15 anos no sistema de ensino. Mesmo assim, os números de evasão escolar ainda assustam. Quatro em cada dez brasileiros de 19 anos não terminaram o ensino médio no ano passado. Mais da metade dessa população que deixou a escola parou de estudar no ensino fundamental. Esses estudantes poderiam, por exemplo, estar fazendo cursos técnicos e se aprimorando em alguma especialidade.

Segundo Firmo, para reverter a situação, o ensino médio deveria ter um currículo mais interessante e um conteúdo mais atraente para os jovens estudantes. “Uma coisa que a gente faz pouco no Brasil é copiar modelos internos de sucesso, como o de Sobral (CE)”, diz o professor. Esse seria um caminho para melhorar a educação no País: copiar as experiências que dão certo “Outro grande problema é a falta de estrutura e de gestão das escolas e das redes de ensino”. O Brasil tem que fazer a lição de casa e dar um salto de qualidade na educação. Vamos ver se o atual governo será capaz de melhorar a nota dos alunos brasileiros no Pisa daqui a três anos.

Quatro em cada dez brasileiros de 19 anos não terminaram o ensino médio no ano passado. Mais da metade desses jovens parou de estudar no ciclo fundamental



Entrevista / Ronaldo Mota

‘É um crime forma professor não digital’

BRUNO ALFANO
bruno.alfano@extra.inf.br

A familiaridade com a educação digital é imprescindível no mundo todo, em todas as profissões. Essa é a crença de Ronaldo Mota, que diz ser “um crime” formar médicos, professores ou advogados sem essas habilidades.

— Qualquer profissão que dispensar a educação digital está fadada ao fracasso — defende o especialista, que atuou no Ministério da Educação entre 2005 e 2006.

Atualmente diretor científico da Digital Pages — empresa pioneira no ramo de publicações digitais no país — e membro da Academia Brasileira de Educação, Mota defende contribuições do ensino à distância (EaD) ao modelo presencial e também o fim da dicotomia entre os dois modelos.

Há problemas em oferecer cursos como Direito ou os da área de saúde via EaD?

Na área de saúde, não dá para formar um profissional que não tem facilidade em lidar com o virtual. É, na verdade, descabido formar um médico sem que ele aprenda telemedicina. Um profissional da área de saúde necessariamente deve ter uma formação que envolva educação digital. Obviamente, um curso de Direito pode ter uma carga prevista à distância sem prejuízo, desde que isso seja ofertado com a devida qualidade. Estamos mudando

radicalmente o que esperamos de um profissional e de um cidadão.

Além das preocupações com o que foi aprendido, tem que propiciar ao educando aumentar a percepção de como ele aprende. Estamos vivendo um novo contexto de educação permanente ao longo da vida. A familiaridade com a educação digital é imprescindível no mundo todo, em todas as profissões. Essa discussão radical, dicotômica, entre presencial e distância, só vejo no Brasil. O mundo caminha para uma educação híbrida e personalizada. Se em alguns aspectos a educação digital tem sido administrada por instituições de má qualidade, isso também ocorre no curso presencial correspondente. Desconheço instituições com bom conceito presencial e mau conceito na distância.

Como está a discussão sobre educação digital no mundo?

À medida que se adotam plataformas inteligentes, elas permitem desenvolver análises de aprendizagem. Com isso, você consegue, mesmo com uma massa grande de alunos, conhecer as características individuais de cada um. Ao conhecer, pode fazer trilhas personalizadas que maximizam a aprendizagem deles. É disso que se fala sobre educação híbrida, personalizada e flexível. É como o Google. Da mesma maneira que ele te conhece, posso usar os mesmos algoritmos e conhecer meu aluno.

Não para vender um produto ou serviço, mas para educá-lo melhor, criando um leque de oportunidades compatíveis com as características individuais. Se eu dispensar o digital, estou fazendo um trabalho do século XX. Aliás, qualquer profissão

“A familiaridade com a educação digital é imprescindível no mundo todo, em todas as profissões. Essa discussão radical, dicotômica, entre presencial e à distância, só vejo no Brasil. O mundo caminha para uma educação híbrida e personalizada” que dispensar a educação digital está fadada ao fracasso.

Como garantir a qualidade do curso à distância?

Começaria pelo elemento simples: a massa de estudantes vem de um ensino médio que provavelmente é um dos piores do planeta. Então, os alunos que ingressam vêm com deficiências muito graves, na média. Segundo, há uma preocupação obsessiva com o lucro, que acaba gerando ou fomentando a má qualidade. Não tenho nada contra o lucro na educação, há espaço para o setor público e para o privado. O que me preocupa é a obsessão pelo lucro. Isso acontece tanto no presencial quanto na modalidade à distância. E educação, se os empresários soubessem como é bom negócio fazer bem feito, o fariam com boa qualidade.

Como o senhor avalia o trabalho da Universidade Aberta





do Brasil (UAB), que oferece cursos à distância por meio das instituições federais de ensino?

Ela nasceu com muito fôlego, mas não teve continuidade de políticas sustentáveis. Mesmo assim, teve um papel fundamental de introduzir a cultura do digital nas universidades públicas. Hoje, boa parte dos cursos presenciais adota um conjunto de ferramentas que vieram dessas experiências da UAB, porque é o mesmo professor que dá as duas modalidades. É fantástico. O setor privado foi mais dinâmico, conseguiu ampliar muito a sua oferta. Já o setor público mais uma vez mostrou dificuldade de manter uma política. O Brasil não está discutindo algumas ações educacionais importantes.

Quais, por exemplo?

Estamos trabalhando ainda com cursos longos, sem certificações intermediárias. Na área de Administração, por exemplo, o primeiro certificado aqui no país é quando o aluno consegue o diploma. O mundo trabalha com certificações intermediárias. No final do segundo ano, o estudante lá ganha a certificação em Gestão e Finanças, que não tem o mesmo valor do diploma, mas vale como um título informal que pode ser utilizado na vida profissional.

Alguns especialistas propõem que a formação de professores tenha um limite máximo de carga horária à distância. O que pensa sobre isso?

Eu tendo sempre a pensar o oposto. Formar um professor que não tenha plena habilidade das ferramentas da educação digital seria formar alguém para o século passado. Deveria ser proibido formar um docente que não tenha tido forte contato com ferramentas de aprendizagem em ambientes digitais. Estamos falando em formar crianças e jovens. É um crime formar um professor que não tenha pleno domínio das ferramentas digitais.

A educação à distância ainda tem um problema grave de evasão?

Evasão da distância é diferente da presencial. A modalidade à distância é levemente superior, mas concentrada no primeiro e segundo semestres. E na presencial é espalhada. Aqueles que furam o bloqueio na EaD não evadem. Porque aqueles que conseguem superar a utilização dessa metodologia aprendem a aprender no mundo digital. Assim, o índice de evasão a partir do terceiro semestre é mais baixo. Isso é muito positivo, porque significa que o aluno se habitou a superar essas dificuldades.

De quem é a culpa?

ANTÔNIO GOIS

Brasil fica estagnado no Pisa. País é o 57º do mundo em ranking da OCDE. Quatro em dez alunos estão nos níveis mais baixos de proficiência. Essas foram as manchetes mais comuns, na semana passada, sobre os resultados do exame realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, com jovens de 15 anos de idade. Em reação a elas, uma parcela dos educadores, mais crítica ao exame em si, questionou sua adequação como instrumento para avaliar e comparar a qualidade do ensino em diferentes países. Outros procuraram debater as causas desse desempenho, e houve quem, como sempre, procurasse um único ou principal culpado pelo problema.

O relatório do Pisa não pode obviamente ser o único instrumento a embasar os debates sobre nossos resultados educacionais. E, ainda que seja essa sua face mais visível, ele tampouco se restringe à comparação de notas em ciências, matemática e leitura. Questões como o clima escolar, a equidade no sistema e a relação do nível de investimento com o desempenho também foram divulgadas. Em geral, as conclusões sobre a situação do Brasil nessas outras dimensões apenas confirmam o que já sabemos,

mas as comparações internacionais podem servir para chamar a atenção para esses problemas.

No caso do clima escolar, por exemplo, o Brasil parece no relatório como tendo um dos maiores índices de indisciplina. Aqui, 41% dos alunos afirmam que o professor tem que esperar um longo tempo para começar a dar aulas, até que os estudantes fiquem quietos (na média da OCDE, o percentual é de 26%). Outra questão que ajuda a explicar nossos resultados é o fato de 50% dos alunos ter declarado que faltou algum dia de aula nas duas semanas anteriores ao dia em que responderam o questionário do Pisa. Na OCDE, essa média é de 21%.

Essas questões costumam aparecer também em pesquisas e avaliações nacionais. No questionário que professores e diretores respondem na Prova Brasil, principal avaliação de aprendizado do MEC, as principais causas do baixo aprendizado apontadas por esses profissionais são o nível cultural dos pais, a falta de acompanhamento das famílias e o desinteresse e pouco esforço dos alunos.

Voltando ao Pisa, no questionário respondido pelos diretores, surgem outras questões do cotidiano das escolas que ajudam a entender o problema. No caso brasileiro, 36%

desses profissionais afirmam que o absentismo dos professores é uma questão que tem atrapalhado o aprendizado dos alunos, percentual que é o dobro do verificado na média da OCDE.

O risco ao analisar isoladamente cada uma dessas respostas é o de procurar culpados individuais para um problema complexo. Claro que há, como em qualquer profissão, professores descompromissados com sua missão e que precisam ser cobrados por suas atitudes, assim como há também aqueles que trabalham além de seu horário regular para fazer o melhor para os alunos. Há famílias que pouco valorizam a educação, assim como há pais e alunos que, mesmo diante de enormes dificuldades financeiras, fazem o melhor que podem. E há — por óbvio e principalmente — governos que priorizam mais ou menos o investimento no setor, e que precisam ser responsabilizados por suas decisões. Mas, mesmo nesse caso, resultados colhidos hoje são também influenciados por escolhas acertadas ou equivocadas de seus antecessores.

Sem entender a complexidade do sistema e agir para atacar suas múltiplas causas, continuaremos num exercício inútil de buscar culpados únicos para um desafio que é de todos.

Em um ano, Sergio Moro se firma acima de Bolsonaro e como ministro mais popular

Bernardo Caram

BRASÍLIA O ex-juiz da Lava Jato Sergio Moro, que hoje comanda o Ministério da Justiça, se consolidou como o ministro mais bem avaliado no primeiro ano do governo Jair Bolsonaro, com apoio popular maior do que o do próprio presidente.

Pesquisa Datafolha feita na quinta (5) e sexta-feira (6) da última semana aponta que Moro é conhecido por 93% dos entrevistados.

Entre os que dizem conhecê-lo, 53% avaliam sua gestão no ministério como ótima/boa. Outros 23% consideram regular, e 21%, ruim/péssima —3% não souberam opinar.

Bolsonaro tem indicadores mais modestos, de acordo com levantamento divulgado neste domingo (8), com 30% de ótimo/bom, 32% de regular e 36% de ruim/péssimo —1% não soube avaliar.

A pesquisa ouviu 2.948 entrevistados em 176 municípios do país. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. As entrevistas foram feitas pessoalmente, em locais de grande circulação.

Embora o ministro da Economia, Paulo Guedes, seja o segundo mais conhecido da Esplanada dos Ministérios, a vice-liderança de aprovação ficou com a ministra Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), com 43% de ótimo/bom.

A avaliação positiva de Guedes é de 39%. O diagnóstico do titular da Economia ficou

estável mesmo após o resultado melhor que o esperado do PIB no terceiro trimestre e a promulgação da reforma da Previdência, comemorada pelo governo.

Tanto Guedes como Damares apresentam resultado melhor do que Bolsonaro.

A popularidade de Moro seguiu inalterada em meio a uma série de episódios nos últimos meses com potencial de desgastar a sua gestão.

Após a última pesquisa, feita no fim de agosto, o ministro sofreu derrotas no Congresso.

Em novembro, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deixou a prisão em Curitiba e ampliou a polarização política com críticas a Moro e ao governo Bolsonaro.

O ex-juiz foi o responsável pela condenação do petista por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex de Guarujá (SP) em primeira instância. A condenação foi mantida pelo TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) e pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Lula, porém, foi beneficiado por uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) contra um dos pilares da operação — a prisão após condenação em segunda instância. Por 6 votos a 5, os ministros estabeleceram o início do cumprimento da pena somente após esgotados todos os recursos, o chamado trânsito em julgado.

Solto, o ex-presidente elevou o tom das críticas e tem feito discursos com ataques a Moro e à Lava Jato.

Como resultado, o ministro

da Justiça se colocou como um dos principais personagens da polarização política.

Desde a metade do ano, manifestações são convocadas em apoio a Moro e à operação. Um ato chamado pelo movimento Vem Pra Rua reuniu manifestantes em defesa do ministro neste domingo na avenida Paulista, em São Paulo, e em outras capitais. Eles também protestaram contra a decisão do STF que barrou a prisão em segunda instância.

Continua na pág. A8



Altos e baixos de Moro em 2019

ATRITOS

A divulgação de mensagens trocadas entre o então juiz da Lava Jato e procuradores da operação colocou em dúvida a imparcialidade de Moro como magistrado

Por 6 votos a 5, STF voltou a barrar a prisão de condenados logo após a segunda instância, instrumento defendido por Moro. Decisão permitiu a soltura do ex-presidente Lula

Pacote anticrime de Moro foi desidratado na Câmara e aprovado sem algumas de suas principais bandeiras, como o excludente de ilicitude e a prisão logo após segunda instância

FÔLEGO

Popularidade de Moro segue estável

Após decisão do STF, ministro tem liderado esforço no Congresso para nova legislação que permita a prisão de condenados em segunda instância

Manifestações de rua têm sido convocadas desde a metade do ano em todo o país para demonstrar apoio ao ex-juiz e à Lava Jato





Mais conhecido entre os ministros de Bolsonaro, Sergio Moro é também o mais bem avaliado

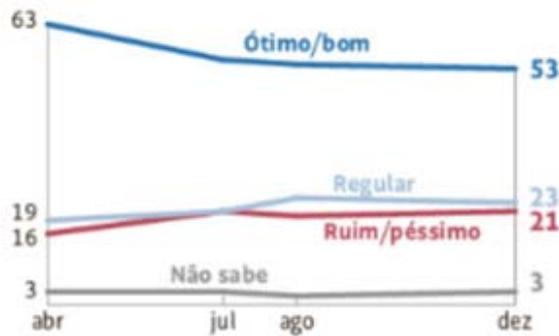
Avaliação do ex-juiz entre os que dizem conhecê-lo, em %



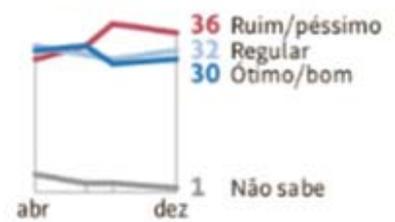
Sergio Moro
Justiça

Após queda em julho, na esteira da revelação das mensagens da Lava Jato, aprovação se manteve estável

93% disseram conhecê-lo



Avaliação do governo Bolsonaro
Em %



Quem mais aprova Moro

Segmentos que avaliam o desempenho como ótimo/bom

Em %

Avaliam o governo como ótimo/bom	88
Mais ricos (mais de 10 sal. mín.)	73
Moradores da região Sul	64
Aposentados	63
Branco	61
Evangélicos neopentecostais	61
Homens	59
Maiores de 60 anos	58

E quem mais reprova

Segmentos que avaliam o desempenho como ruim/péssimo

Em %

Avaliam o governo como ruim/péssimo	44
Apoiadores do PT	40
Funcionários públicos	28
Moradores do Nordeste	28
Pretos	26
16 a 24 anos	24
Mulheres	23
Ensino superior	23

Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.948 entrevistas realizadas em 176 municípios de todo o país em 5 e 6 de dezembro; margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%



Guedes é o segundo ministro mais conhecido, mas Damares é a segunda mais popular

Avaliação dos ministros entre os que dizem conhecê-los, em %

Em um ano, Sergio Moro se firma acima de Bolsonaro e como ministro mais popular

Continuação da pág. A4

Na atuação legislativa, porém, dez meses após apresentar um pacote com medidas anticrime ao Congresso, Moro sofreu uma derrota política na última semana ao ver a Câmara aprovar uma versão desfigurada da proposta, sem algumas de suas principais bandeiras, como o excludente de ilicitude e a prisão logo após condenação em segunda instância.

Apesar da dificuldade de articular o pacote, o ministro da Justiça tem liderado a negociação no Congresso por uma nova regra que permita a prisão de condenados antes de esgotados todos os recursos.

"Não haveria melhor mensagem do que o restabelecimento da prisão após condenação em segunda instância. A decisão se é por PEC, se é por PL [projeto de lei] ou se é por ambos, cabe ao Congresso", disse Moro na última quarta-feira (4).

Em outro episódio que colocou seu nome em evidência nos últimos meses, a divulgação de trocas de mensagens com procuradores da Lava Jato gerou debate sobre sua imparcialidade como juiz.

Os arquivos, obtidos pelo site The Intercept Brasil, revelaram, entre outras coisas, que Moro interferiu em negociações de delações premiadas, o que não está previsto na lei, e omitiu uma palestra remunerada ao prestar contas de suas atividades como magistrado.

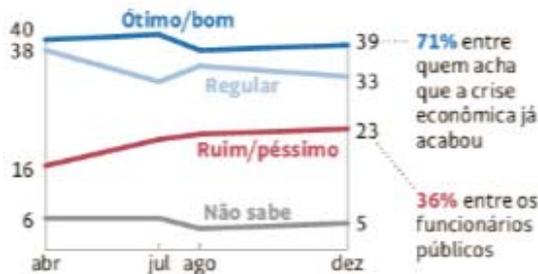
Recentemente, diante da morte de nove jovens após ação policial na favela de Paraisópolis, em São Paulo, o ministro disse acreditar que houve excesso e falhas graves.



Paulo Guedes
Economia

Aprovação é maior entre os que são otimistas com o cenário econômico e pior entre servidores

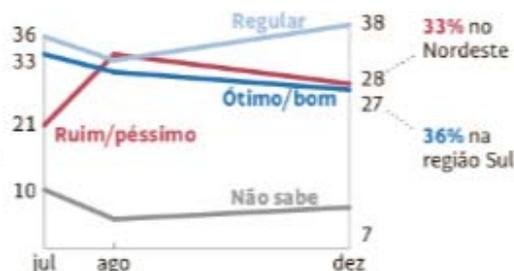
80% disseram conhecê-lo



Ricardo Salles
Meio Ambiente

Imagem teve piora após crise das queimadas na Amazônia e óleo no Nordeste

51% disseram conhecê-lo



Ernesto Araújo
Relações Exteriores

Perdeu 8 pontos de aprovação desde julho

37% disseram conhecê-lo



Após a afirmação, o governador paulista, João Doria (PSDB), que costuma exaltar a figura de Moro, recuou e prometeu revisar os protocolos da Polícia Militar.

A avaliação do ex-juiz, nesse cenário, mantém-se estável desde o início de julho, quando ele tinha 55% de ótimo/bom. Em agosto, o percentual ficou em 54% e agora está em 53%. As oscilações ocorreram dentro da margem de erro.

Neste primeiro ano de governo, Moro também teve

sua autoridade colocada em xeque por Bolsonaro, que defendeu a sua prerrogativa como presidente de interferir na escolha de cargos na Polícia Federal, que é subordinada ao ministro da Justiça.

Ainda assim, os bolsonaristas são os que mais dizem apoiar Moro. Entre os que votaram em Bolsonaro para presidente em 2018, 79% afirmam que a gestão do ministro da Justiça é ótima ou boa.

Esse índice cai para 43% no caso de quem votou branco ou





Damara Alves
Mulher, Família e Direitos Humanos

Autodeclarada 'terrivelmente cristã', é mais popular entre os evangélicos pentecostais

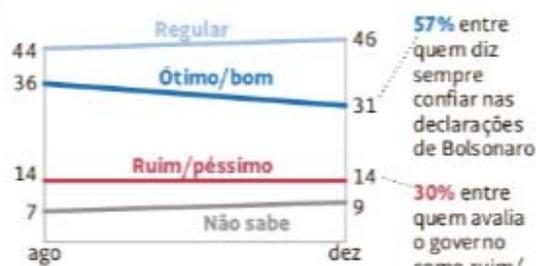
55% disseram conhecê-la



Tarcísio Gomes Freitas
Infraestrutura

Próximo ao presidente, tem melhor aprovação entre quem confia em Bolsonaro

38% disseram conhecê-lo



Abraham Weintraub
Educação

Conhecido por polêmicas, ministro teve alta na aprovação, mas é malvisto entre os estudantes

32% disseram conhecê-lo



nulo e para 26% entre eleitores de Fernando Haddad (PT), candidato derrotado por Bolsonaro no segundo turno.

Em outros recortes, as maiores taxas de avaliação positiva de Moro aparecem entre homens (59%), brancos (61%), moradores da região Sul (64%) empresários (74%), pessoas com renda familiar mensal superior a dez salários mínimos (73%), evangélicos neopentecostais (61%) e católicos (55%).

Na outra ponta, índices menores de aprovação são regis-

trados entre mulheres (48%), negros (43%), moradores do Nordeste (41%), estudantes (39%) e pessoas com renda familiar de até dois salários mínimos (46%).

O Datafolha também captou a avaliação dos entrevistados sobre a atuação, além de Moro, Guedes e Damara, de mais quatro ministros: Abraham Weintraub (Educação), Ricardo Salles (Meio Ambiente), Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores).

Desses, Guedes é o mais conhecido (80%) e Weintraub, o menos (32%).

As piores avaliações estão com os ministros da Educação e do Meio Ambiente. Entre os que dizem conhecê-los, 31% e 28%, respectivamente, afirmam que a gestão deles é ruim/péssima. Desde a última pesquisa, o maior recuo de aprovação ficou com Ernesto Araújo (queda de oito pontos percentuais). A única variação positiva é de Weintraub (alta de cinco pontos).

Divergência se acentua na avaliação por pobres e ricos

Insatisfação com governo cresceu entre quem recebe até 2 salários mínimos

ANÁLISE

Bruno Boghossian

As diferenças na avaliação do governo de acordo com a faixa de renda se acentuaram ao longo do primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro (sem partido). O índice de aprovação ao presidente entre os mais pobres é apenas metade da taxa observada entre os mais ricos.

Uma nova pesquisa realizada pelo Datafolha mostra uma distância considerável nesses grupos. Entre os entrevistados com renda familiar de até dois salários mínimos por mês, apenas 22% dizem que o governo tem um desempenho ótimo ou bom.

Esse índice é de 35% na faixa de renda seguinte, de dois a cinco salários mínimos. Nos dois segmentos de renda mais alta (cinco a dez salários e mais de dez salários), 44% dos entrevistados aprovam o governo Bolsonaro.

O contraste já foi levemente menor. No início de abril, quando o Datafolha mediu a popularidade do presidente, a taxa de aprovação era de 26% no grupo mais pobre.

A ampliação dessa divergência é mais visível quando se mede a avaliação ne-

gativa do governo. Nos últimos oito meses, o percentual de entrevistados de baixa renda que consideram a gestão do presidente ruim ou péssima subiu nove pontos, chegando a 43% na pesquisa de dezembro.

A desaprovação é bem menor nos demais segmentos de renda: 31% nos grupos que ganham de dois a cinco e de cinco a dez salários mínimos, e 28% no topo da pirâmide, com renda superior a dez salários mínimos.

Os dados indicam que, embora seja mais rejeitado entre os mais pobres, Bolsonaro consolida apoio tanto na população mais rica, que foi a primeira impulsionadora de sua campanha presidencial em 2018, quanto numa parcela das faixas econômicas intermediárias.

Nesses dois últimos grupos, houve pouca variação nos índices de popularidade do presidente entre abril e dezembro, o que sugere que estão ali as principais trincheiras da base política de Bolsonaro — o que inclui ao menos uma parte do que se costuma chamar de classe média.

O quadro aponta, por outro lado, que os brasileiros mais pobres ampliaram sua insatisfação com o governo. A faixa

da população com renda inferior a dois salários mínimos é volumosa e, nos últimos 15 anos, demonstrou identificação eleitoral com o PT e com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, principal rival político de Bolsonaro.

O perfil dos entrevistados reflete a composição da população brasileira. Entre os participantes da pesquisa, 44% têm renda familiar mensal de até dois salários mínimos. A faixa intermediária (de dois a cinco salários) também é ampla, com 40% dos entrevistados.

Só 9% recebem de cinco a dez salários e outros 3% têm renda superior a dez salários mínimos. Já estão os melhores índices de popularidade de Bolsonaro, mas os estratos têm baixo peso quantitativo na composição do eleitorado. Os bons percentuais, portanto, não se projetam de maneira significativa para o total da amostra.

O Datafolha entrevistou 2.948 pessoas em 176 municípios do país na quinta (5) e sexta-feira (6) da última semana. As entrevistas foram feitas pessoalmente, em locais de grande circulação.

O levantamento mostra que a avaliação do desempenho de Bolsonaro na eco-

nomia também é mais positiva entre os mais ricos do que nas camadas mais pobres da população. O abismo entre esses grupos é bem maior nesse quesito do que na aprovação ao governo de modo geral.

No grupo de baixa renda, só 18% acham que o governo está fazendo um trabalho ótimo ou bom na economia. Esse número sobe para 28% na faixa de dois a cinco salários mínimos. No segmento seguinte, a taxa de aprovação é de 39% e, entre os mais ricos, de 47%.

Os números da atividade econômica apontam para uma recuperação desde o início do governo, embora os índices de desemprego permaneçam altos. Houve criação de novos postos de trabalho, mas nas regiões mais pobres do país a maioria dos empregados ocupa vagas informais, sem carteira assinada.

As divergências entre as classes de renda também são evidentes em outros pontos de percepção sobre o trabalho de Bolsonaro.

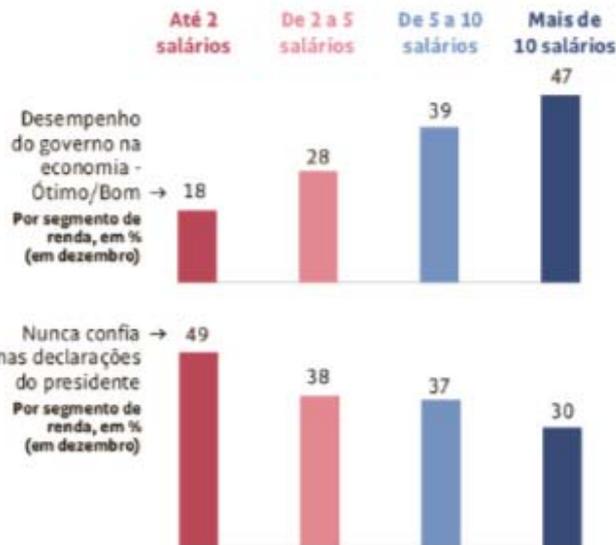
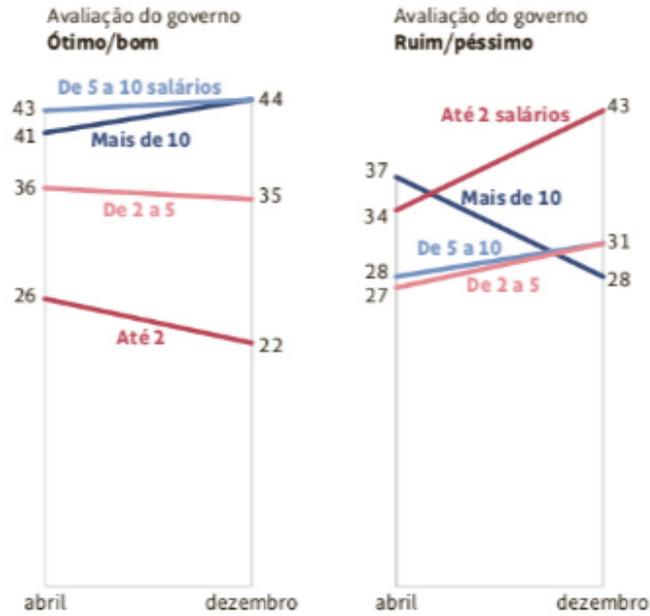
Quase metade — 49% — dos brasileiros mais pobres afirma nunca confiar nas declarações do presidente. Essa taxa é menor nas demais camadas da população.





Diferença de avaliação de Bolsonaro se acentua entre mais pobres e mais ricos

Por segmento de renda, em %



Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.948 entrevistas realizadas em 176 municípios de todo o país em 5 e 6 de dezembro; margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%

Mudança demográfica e ensino

Na mesma semana em que o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês) mostrou que o Brasil continua perdendo a corrida educacional e os especialistas em ensino básico alegaram que só a valorização da carreira docente mudará esse cenário trágico, o economista Ricardo Paes de Barros, ex-subsecretário da Secretaria de Ações Estratégicas da Presidência da República, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e professor do Insper, apresentou aos secretários estaduais de Educação um detalhado estudo sobre a realidade educacional nas 27 unidades da Federação.

Segundo o estudo, como a população brasileira está envelhecendo e a taxa de natalidade está caindo, a demanda por matrículas na rede de ensino básico tende a se reduzir nos próximos anos – o que já vem sendo detectado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por isso, se os cursos de licenciatura e pedagogia mantiverem a média de formandos dos últimos anos, o Brasil terá um excedente de professores, conclui Paes de Barros. Entre 2013 e 2017, esses cursos formaram 1,148 milhão de docentes. As estimativas das autoridades educacionais são de que mais de 1,5 milhão irá se formar nos próximos cinco anos.

O desafio que o País tem de enfrentar para reerguer seu sistema educacional, portanto, é claro: em vez de gastar recursos escassos com a expansão do ensino superior na área de licenciatura e pedagogia, é necessário concentrá-los na melhoria da qualidade dos cursos existentes, para que possam formar professores preparados. “Precisamos dizer às universidades que não necessitamos de mais professores, mas de melhores”, afirma Barros.

A opção por mais qualidade do que quantidade é o que os especialistas em ensino básico chamam de valorização do professorado. Como lembra o estudo de Barros, um dos principais problemas responsáveis pela baixa qualidade dos formandos em licenciatura e pedagogia está no fato de que esses cursos se expandiram basicamente pela oferta de graduações a distância, cuja qualidade é bastante inferior à dos cursos

presenciais.

Além disso, professores com melhor formação precisam ser recompensados com vencimentos mais altos do que os atuais, lembra Barros. Mas como aumentar salários num período de dificuldades orçamentárias? Segundo ele, como haverá a necessidade de menos docentes e de novas escolas de ensino básico, por causa das mudanças demográficas, a economia de recursos daí advinda pode ser revertida em favor do próprio sistema educacional. Em outras palavras, os recursos poupados poderão ser destinados ao aumento salarial dos professores.

O estudo mostra ainda que, além de ser decisiva para a ampliação dos níveis de aprendizagem dos alunos do ensino básico, a melhoria na qualidade de formação dos professores tem outro importante impacto social. “Como o magistério público atrai gente de famílias pobres, aumentar a remuneração dos profissionais de ensino é uma importante janela de ascensão social”, diz Paes de Barros.

Dois indicadores dão a dimensão dessa “janela”. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), realizada pelo IBGE, os professores representam atualmente 3,1% da força de trabalho do Brasil – e entre as mulheres com ensino superior, 20% são professoras. Além disso, segundo dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2017, 72% dos concluintes em licenciatura e cursos de pedagogia eram mulheres; 52% eram negras, pardas ou indígenas; e 61% tinham mães que haviam cursado, no máximo, até o ensino fundamental.

O estudo de Paes de Barros, um conceituado estudioso da relação entre educação e economia, apresenta um número significativo e valioso de informações para fundamentar um projeto destinado a reverter o trágico cenário apontado pelo Pisa. Resta esperar que, em vez de perder tempo criticando professores e discutindo religião e pedagogia, as autoridades educacionais o leiam, linha por linha.

IDH desacelera e Brasil fica na 79ª posição, ao lado da Colômbia

Rafael Moraes Moura /
BRASÍLIA

O Brasil avançou em só um milésimo no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e ficou na 79.ª posição entre os 189 países mapeados pela ONU. Está empatado com a Colômbia. Os resultados da educação foram responsáveis por travar o crescimento do índice entre 2017 e 2018, já que os anos esperados de escolaridade e a média de anos de estudo estagnaram. Esperança de vida ao nascer e renda per capita subiram. Quando o critério é desigualdade, o Brasil perde 23 posições. O IDH, que considera saúde, educação e renda, cresceu mais no País no período de 1990 a 2013.

Um milésimo. Esse foi o avanço em um ano no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro, quando se compara o resultado de 2018 ao de 2017. Considerado “alto”, o IDH nacional ficou em 0,761 e colocou o Brasil na 79.ª posição entre os 189 países e territórios mapeados pela Organização das Nações Unidas (ONU), mesmo lugar da Colômbia, nação marcada pelo conflito com o narcotráfico. No intervalo de um ano, o Brasil caiu uma colocação quando comparado ao restante do mundo, aponta o

relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (Pnud), que será divulgado hoje.

Segundo o documento, enquanto a esperança de vida ao nascer e a renda per capita subiram no Brasil, os anos esperados de escolaridade e a média de anos de estudo ficaram estagnados – ou seja, os resultados na área de educação “travaram” o crescimento do índice brasileiro. De 2016 para cá, os anos esperados de escolaridade não aumentaram, permanecendo em 15,4 – o que, na prática, significa ensino superior incompleto. Esses quesitos são considerados no cálculo do IDH, que avalia três dimensões: saúde, educação e renda.

A série histórica mostra que o crescimento do IDH nacional se desacelerou – o índice já chegou a saltar entre 0,002 e 0,003 por ano. Houve crescimento mais acentuado de 1990 a 2013, e menos expressivo a partir de 2014. Apesar disso, o diretor do relatório da ONU, Pedro Conceição, prefere analisar a trajetória ao longo das últimas décadas – em 1990, o índice brasileiro era de apenas 0,613. “A história do Brasil é de crescimento sustentado do IDH. Olhando para o desempenho do País, quando a economia voltar a

soprar, a expectativa é de que o IDH comece a aumentar a uma taxa mais forte do que tem sido a dos últimos dois anos”, disse ao Estado.

Só que quando o valor do IDH nacional é descontado pela desigualdade, o índice reduz 24,57%, cai para 0,574 e o Brasil despenca 23 posições no ranking mundial – é o país que mais perde posições no mundo inteiro. A desigualdade de renda na África subsaariana e no Brasil continua “extremamente alta”, aponta o relatório.

Mundo. O primeiro colocado no ranking é a Noruega, com IDH de 0,954, seguida por outros três países europeus – Suíça (0,946), Irlanda (0,942) e Alemanha (0,939) –, que se situam na categoria de IDH “muito alto”. O país sul-americano com melhor desempenho é o Chile, em 42.º lugar (0,847). Na América Latina, o lanterna é o Haiti, com 0,503 no IDH, na faixa de baixo desenvolvimento humano. No mundo inteiro, o último lugar permaneceu com o Níger (0,377), na África Ocidental.

O Brasil fica atrás de Albânia (69.º lugar), Cuba (72.º), Bósnia (75.º lugar) e México (76.º). “Acho que o Brasil tem de se





orgulhar, mas não olhando para o que aconteceu de um ano para outro. O IDH é um instrumento que tenta captar uma realidade complexa, e a grande pergunta que tem de ficar é: o País está a evoluir ou não? A meu ver, está, mas não de forma linear”, observou Conceição.

Considerando apenas a América do Sul, Brasil e Colômbia dividem a quarta posição no IDH – atrás de Chile, Argentina e Uruguai. A instável Venezuela, que havia aparecido à frente no relatório anterior, mesmo em convulsão social e enfrentando profunda crise econômica, agora ficou para trás, em 96.º lugar. O país de Nicolás Maduro vem enfrentando queda significativa no índice desde 2013.

Atualização. O Pnud ressalta que não devem ser comparados valores e rankings com anos anteriores, uma vez que os dados oficiais costumam passar por revisões, levando ao recálculo dos IDHs antigos. No relatório deste ano, uma nova série histórica, com os valores atualizados, foi divulgada.

RANKING

MUITO ALTO

1º		Noruega		0,954
2º		Suíça		0,946
3º		Irlanda		0,942
4º		Alemanha		0,939
4º		Hong Kong		0,939
6º		Austrália		0,938
6º		Islândia		0,938
8º		Suécia		0,937
9º		Cingapura		0,935
10º		Holanda		0,933

ALTO

77º		Tailândia		0,765
78º		Granada		0,763
79º		Brasil		0,761
79º		Colômbia		0,761
81º		Armênia		0,760

BAIXO

180º		Mogambique		0,446
181º		Serra Leoa		0,438
182º		Burkina Faso		0,434
182º		Eritreia		0,434
184º		Mali		0,427
185º		Burundi		0,423
186º		Sudão do Sul		0,413
187º		Chade		0,401
188º		Rep. Centro-Africana		0,381
189º		Níger		0,377

Desigualdade faz País perder 23 posições

Rafael Moraes Moura /
BRASÍLIA

O Brasil é o país que mais perde posições no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) quando o valor é ajustado à desigualdade, ou seja, quando se leva em consideração as distorções em saúde, educação e renda. O IDH brasileiro cai de 0,761 para 0,574, uma perda de 24,57% no valor, o que faz o Brasil cair 23 posições quando comparado ao restante do mundo. Se a desigualdade de um País é grande, a perda no índice também é.

De acordo com o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD), a fatia dos 10% dos mais ricos do Brasil concentra 41,9% da renda nacional. O universo dos 1% mais ricos representa 28,3% da renda, a segunda maior concentração do mundo nesta parcela populacional – atrás apenas do Qatar (29%).

“A desigualdade é um problema conhecido da sociedade brasileira e dos políticos. Certamente uma das mensagens do

nosso relatório é de que as desigualdades são importantes para as populações porque elas não têm a ver com um ou dois governos, mas com questões históricas”, disse ao Estado o diretor do relatório de desenvolvimento humano da ONU, Pedro Conceição.

Gênero. O relatório também analisa as desigualdades entre homens e mulheres no Brasil. Se o IDH do universo masculino é de 0,761, o das mulheres é de 0,757 – quatro milésimos a menos. Por aqui, 61% das mulheres adultas chegam ao menos ao ensino médio, em comparação com 57,7% dos homens. Mesmo apresentando melhor desempenho nos quesitos educação e longevidade, as mulheres ficam atrás dos homens no que diz respeito à renda (41,5% menor que a dos homens). No mercado de trabalho, a participação feminina é de 54%, ante 74,4% dos homens.

Último colocado no ranking mundial do IDH, o Níger possui mais mulheres no Parlamento do que o Brasil – a representação feminina é de 17% no país

africano, ante 15% aqui. Na vizinha Argentina, a porcentagem é mais do que o dobro – 39,5%.

No Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), que faz parte do relatório, o Brasil ocupa a 89.^a posição entre 162 países que tiveram esse dado analisado. Foram consideradas as desigualdades em saúde reprodutiva (mortalidade materna e taxas de natalidade na adolescência); empoderamento (participação no Parlamento e escolaridade); e participação no mercado de trabalho.

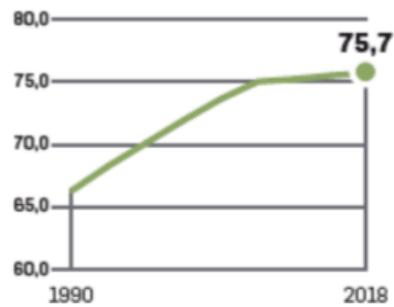
Para a economista Betina Ferraz Barbosa, chefe da unidade de desenvolvimento humano do Pnud, o relatório aponta para uma situação de “emergência global”. “Se a gente se debruçar sobre esse relatório, é muito preocupante os achados em nível global. Não é a percepção se o IDH subiu ou desceu, e sim uma análise sobre toda a transformação que a sociedade passa globalmente, com mudanças de paradigmas que vão enfraquecer a força de trabalho. É uma questão de agir agora.”



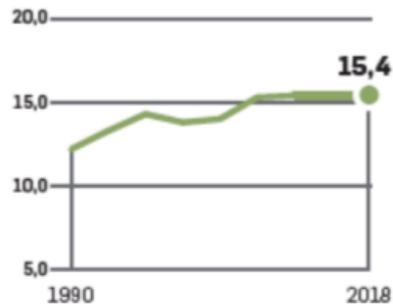


DADOS NACIONAIS

Esperança de vida ao nascer

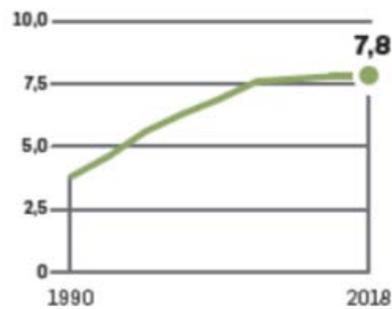


Anos esperados de escolaridade



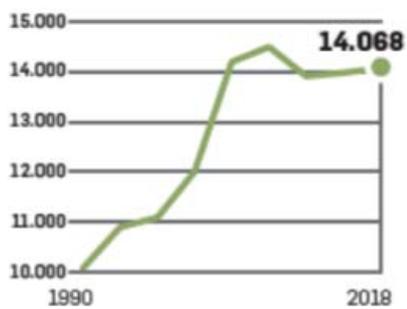
FONTE: RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2019

Média de anos de estudos



Rendimento nacional bruto per capita

EM DÓLARES



IDH »**Desigualdade faz país ficar para trás**

Brasil cresce ligeiramente no Índice de Desenvolvimento Humano da ONU em relação a 2017, mas perde posições porque outras nações avançam mais rápido. Disparidades socioeconômicas, quando são computadas no indicador, traçam um retrato bem mais preocupante

» MARIA EDUARDA
CARDIM

Quarto colocado da América do Sul e 79º no ranking de 189 países, o Brasil teve um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,761 em 2018. Em relação a 2017, o país, considerado uma nação de alto desenvolvimento humano, teve um crescimento discreto, de 0,001 ponto, no IDH, o menor desde 2015. Mesmo com o aumento, o Brasil decresceu uma posição no ranking, passando do 78º para o 79º lugar, uma vez que outros países avançaram mais rápido. No entanto, o que preocupa especialistas é a desigualdade existente no país. Os dados, que serão divulgados hoje pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), mostram que o Brasil é a nação que mais perde posições no ranking mundial quando as desigualdades são levadas em conta.

Se considerasse as desigualdades entre a população, o IDH brasileiro

cairia de 0,761 para 0,574, uma perda de 24,5% que faria o país perder 23 posições no ranking mundial. Desde 2010, o Relatório de Desenvolvimento Humano calcula o IDH ajustado à desigualdade, que é analisada nas três dimensões do IDH: saúde (medida pela expectativa de vida), educação (medida pela média de anos de estudo e anos esperados de escolaridade) e padrão de vida (medida pela renda per capita). À medida que a desigualdade aumenta, a perda no desenvolvimento humano cresce.

O diretor do Relatório de Desenvolvimento Humano, Pedro Conceição, afirma que essa não é uma característica só do Brasil, mas da região. A perda média devido à desigualdade na América Latina e no Caribe é de 22,3%. “Não é uma surpresa. Sabemos que o nível de desigualdade, principalmente na distribuição da renda no Brasil, é inflado, mas, se olharmos para os últimos 15 anos, tem havido uma tendência de redução. O nível ainda é muito elevado, mas há essa tendência positiva”, disse ao Correio.

A queda no ranking em si não é vista com preocupação pelos analistas do Pnud. “A posição do ranking depende não apenas daquilo que acontece no Brasil, mas também de outros países. Por isso, não atribuímos grande significado a elas”, explica Pedro Conceição. O diretor

define o IDH do Brasil como “positivo, sólido e sustentável”. “O crescimento do índice no Brasil tem sido sustentado ao longo dos últimos anos e se manteve este ano, embora não tenha sido tão enfático como nos anos anteriores.

De acordo com Conceição, a situação da economia no país pode estar afetando o ritmo de evolução do IDH. Verificamos que quase não houve ganho no aspecto econômico”, disse. “A economia, que, a curto prazo, é aquilo que tende a mudar esse índice, não vem contribuindo. No entanto, à medida que começa a atingir patamares elevados, o IDH tende naturalmente a avançar mais devagar”, avalia.

A oficial do Pnud e chefe da Unidade de Desenvolvimento Humano, Betina Ferraz Barbosa, diz que o relatório pode ser um novo marco no olhar para o desenvolvimento brasileiro. “A gente pode caminhar para ter o IDH muito alto, mas a questão é resolver as nossas questões de desenvolvimento”, avalia Betina. Segundo ela, o documento traz uma nova estrutura, que pretende fazer uma nova análise ao olhar além da renda, do momento e das médias estatísticas.

Conceição acredita que o documento abre novas janelas para a discussão das desigualdades no





desenvolvimento do país. “Esse relatório pode ser um convite à sociedade e às autoridades brasileiras para fazer uma reflexão em torno da emergência de novas desigualdades, que é uma tendência que nós verificamos”, pontua.

Para os autores do relatório, é preciso um olhar além do habitual, entender que a desigualdade de renda é o resultado de um conjunto de disparidades da sociedade. “As desigualdades são pautadas antes de as pessoas entrarem no mercado de trabalho, podem vir da condição social da família. Por isso, esse olhar precisa começar muito cedo, ainda quando os indivíduos são crianças, já que há um círculo que as aprisiona em uma armadilha de desigualdade”, avalia Betina.





AVANÇO LENTO

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) DO BRASIL NOS ÚLTIMOS ANOS

Ano	Esperança de vida ao nascer	Anos esperados de escolaridade	Média de anos de estudo	Renda per capita	IDH
2015	75 anos	15,3	7,6	14.490	0,755
2016	75,2 anos	15,4	7,7	13.907	0,757
2017	75,5 anos	15,4	7,8	13.975	0,760
2018	75,7 anos	15,4	7,8	14.068	0,761

COMO A DESIGUALDADE AFETA O IDH

Brasil

Valor do Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à desigualdade = **0,574**

Coefficiente de desigualdade humana = **24,5%**

Países com IDH alto (média)

Valor do Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à desigualdade = **0,615**

Coefficiente de desigualdade humana = **17,9%**

América Latina e Caribe (média)

Valor do Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à desigualdade = **0,589**

Coefficiente de desigualdade humana = **22,3%**

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano 2019



Ciclo que se repete

Em Brasília, a 15 km da Praça dos Três Poderes, é possível encontrar uma população que já nasce inserida em um contexto cheio de desigualdades. Os moradores da Chácara Santa Luzia, área irregular da Estrutural, que surgiu em 2000, vivem sem redes de água, esgoto e energia elétrica, em condições indignas de um país que tem o IDH alto. Ana Flávia Rosa, 31 anos, é a única entre oito irmãos que chegou mais longe nos estudos. Ana tem o superior incompleto. “Tenho três irmãos de sangue e cinco adotivos, e a única que foi até o superior fui eu. Mas a falta de dinheiro não me deixou completar”, conta.

Ana é filha de Maria Luzimar Souza, 53 anos, que só tem o ensino fundamental por causa das condições de vida, e mãe de Isaac Daniel, 2 anos, e Pâmella Crystinne, 14 anos. “É algo que parece que passa de geração para geração. Quero que meus filhos tenham a oportunidade de entrar na faculdade como eu, mas com a desigualdade que existe aqui, é bem complicado seguir esse padrão”, analisa. Ana mora há seis anos na Chácara Santa Luzia com os dois filhos e o marido.

Bolsa Família

Atualmente, Pâmella não estuda, porque perdeu muito conteúdo em uma troca de escolas e não passaria de ano. A intenção é voltar no ano

que vem para a sala de aula. Ana Flávia também planeja retornar para a faculdade para completar o curso de administração, mas sabe que será difícil, já que está desempregada, e a única renda da família são os R\$ 445 que recebe todo mês do Bolsa Família.

Para ela, a mudança na desigualdade vista no país deve começar pela educação. “Acho que precisa de mais incentivo para a educação. Mais escolas dentro da própria comunidade já ajudaria”, indica. Quem também preza pela educação dos filhos e não quer que eles repitam o mesmo caminho é Marilza de Sales, 36. A doméstica, que atualmente está desempregada, mora há quatro anos em Santa Luzia com seis filhos.

“Estudei até a sexta série porque fiquei grávida e tive minha primeira filha, com 16 anos. Espero que meus filhos cheguem mais longe nos estudos”, planeja. Para isso, ela diz que é preciso muita conversa e sacrifícios. Hoje, a casa com sete pessoas é sustentada pelo Bolsa Família. “Eu não tive chance, porque meus pais não tinham condições. Hoje, eu não deixo meus filhos trabalhem. Faço o que for preciso para eles terem o que eu não tive e focarem só no estudo. Espero conseguir quebrar esse ciclo”, completa. (MEC)

Programa bolsonarista de demolições

Ações destrutivas do governo no meio ambiente e em áreas da Cultura constituem uma política

Os governos do PT, principalmente de Lula, tiveram a característica de manter áreas-chave em mãos de pessoas com experiência no ofício. No primeiro mandato, nomeou ministro da Fazenda um médico petista, Antonio Palocci, mas que soube conduzir uma equipe de profissionais do ramo.

Para a militância petista e aliados fisiológicos, Lula cedeu segmentos específicos da máquina do Estado: Incra (reforma agrária), Ministério do Trabalho e seu guichê sindical, entre outros exemplos de postos em que grupos organizados como o MST puderam, de alguma forma, ter acesso ao dinheiro público.

Com Bolsonaro, também há uma distribuição de espaços. Há o mesmo critério lulopetista da afinidade ideológica, mas o aparelhamento bolsonarista demonstra ter outras funções. Sem prejuízo de pendores patrimonialistas tradicionais da política brasileira, há segmentos do novo governo que atuam com intenções destrutivas, travando o que chamam de “guerra cultural”. Um dos exemplos é a atuação do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que se desdobra em desmontar estrutura de vigilância e contenção de atividades potencialmente destrutivas, como desmatamento e garimpo, forças poderosas na devastação de florestas e na poluição de rios, agentes de devastações na Amazônia de repercussão mundial.

A atuação desses predadores tem sido facilitada pela desmontagem de equipes do Ibama e ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Nos últimos dias, diante do abandono de postos

avançados da Funai, na Amazônia, por falta de segurança, o ministro da Justiça, Sergio Moro, deslocou a Força Nacional para a região do Vale do Javari. Estão em risco tribos isoladas existentes na região, devido ao avanço de madeireiros e garimpeiros, estimulados pela inequívocasinalização do governo Bolso na rode que os controles na Amazônia seriam relaxados. E passaram a ser de fato por Ricardo Salles.

A área de Cultura e afins é outro alvo. Assumem bolsonaristas que se mostram ávidos por desmontar os segmentos da máquina pública que recebem para supostamente administrar. Seu compor ta mento é velador: o secretário especial de Cultura, Roberto Alvim, ex-diretor de artes cênicas da Funarte, assumiu agredindo verbalmente a atriz Fernanda Montegro, símbolo do teatro brasileiro, do cinema e da teledramaturgia. Mereceu o devido silêncio como resposta. Mas não foi esquecido. O novo presidente da Funarte, Dante Mantovani, assumiu e teve o cuidado de distribuir opiniões trevosas: “o rock ativa o aborto, satanismo e drogas”; os Beatles vieram para combater o capitalismo e ativar o socialismo, enquanto John Lennon, especificamente, fez um “pacto com Satanás”.

Já o ministro da Educação, Abraham Weintraub, tem comportamentos condizentes com este tipo de opiniões. Logo no MEC. Já Sérgio Camargo assumiu a Fundação Palmares com declarações no mínimo bizarras sobre escravidão e racismo.

Não pode ser coincidência. Deve haver um programa bolsonarista de demolições. É preciso que as instituições republicanas sejam acionadas em defesa de patrimônios públicos contra ações corrosivas destiladas por ideologias extremistas.

Governo quer ‘meritocracia’ no novo Bolsa Família

Proposta é conceder percentual extra para estudantes que concluírem determinadas etapas no Ensino Fundamental e Médio. Expectativa é que versão remodelada do benefício seja apresentada ainda neste ano

JUSSARA SOARES

jussara.soares@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA

O governo Jair Bolsonaro estuda implementar uma regra de “meritocracia” por desempenho de alunos para a distribuição de renda para famílias pobres por meio do novo Bolsa Família. A ideia é conceder um percentual a mais no benefício para estudantes que concluírem o 3º ano, 6º ano e 9º ano do Ensino Fundamental, e o 1º ano, 2º ano e 3º ano do Ensino Médio.

A medida faz parte da reformulação do programa criado em 2003 na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que deverá ser rebatizado como Renda Brasil. O novo nome, no entanto,

depende do aval do presidente Bolsonaro. Há a expectativa de que essa nova versão seja apresentada ainda este ano.

A proposta de incentivo está sendo desenhada pelo Ministério da Cidadania, mas ainda passa pelos acertos finais com a Casa Civil e o Ministério da Economia. Procurada, a pasta comandada pelo ministro Osmar Terra, responsável pelo Bolsa Família, não deu detalhes da transferência de recursos.

INCLUSÃO DE JOVENS

Desde agosto, os três ministérios discutem uma ampla reformulação do Bolsa Família como forma de criar uma marca social do governo Bolsonaro, até agora caracterizado por ajustes fiscais, como a reforma da Previdência, já aprovada, e mudanças tributária e administrativa. Técnicos do Ministério da Cidadania argumentam que, devido às mudanças na economia, o programa precisa de uma reformulação, uma vez que seu principal objetivo — a complementação de renda — “está desvirtuado”. Outras medidas em

debate são a injeção de mais recursos e a aplicação de novos critérios para a transferência de renda para famílias pobres.

Além da regra de meritocracia para alunos, também estão sendo avaliados o repasse de benefício para famílias com crianças na primeira infância, com até 36 meses, e para jovens até 21 anos. Em 2019, o orçamento do Bolsa Família é de R\$ 29,4 bilhões. Em outubro, o programa beneficiou 13,5 milhões de famílias, que receberam em média R\$ 189,86, no total de R\$ 2,5 bilhões. É o menor número de famílias no programa desde setembro de 2017, logo após o governo Michel Temer fazer um pente-fino nos número de beneficiários.

Em 2020, o governo reservou R\$ 30 bilhões para o programa. Nesses valores, porém, não está prevista uma promessa de campanha do presidente Bolsonaro, que é criar um 13º para o Bolsa Família. Esse pagamento não está previsto hoje, e o governo precisa editar uma medida provisória para criá-lo.

Expectativa econômica melhora, e reprovação a Bolsonaro para de subir

A lenta recuperação da atividade econômica ajudou o presidente Jair Bolsonaro a frear a acentuada perda de popularidade sofrida por seu governo nos últimos meses, indica uma nova pesquisa realizada pelo Datafolha.

A taxa de aprovação à sua administração, prestes a completar um ano, oscilou de 29% para 30% na primeira semana de dezembro, dentro da margem de erro, de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

A reprovação, que foi de 30% para 38% nos primeiros oito meses após a posse, agora oscilou para 36%, também na margem de erro. O Datafolha entrevistou 2.948 pessoas em 176 municípios na quinta (5) e na sexta (6).



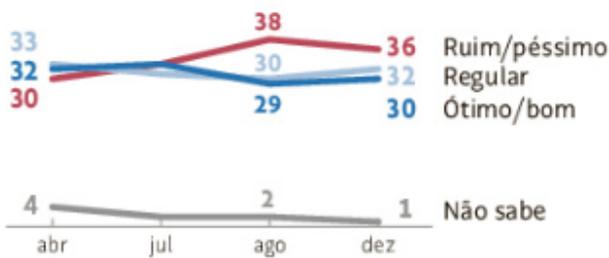


A pesquisa mostra que parte da população voltou a ter uma expectativa positiva em relação à economia. Para 43%, ela vai melhorar nos próximos meses. Em agosto, 40% pensavam assim. No início do governo, eram 50%.

O endosso ao trabalho da equipe de Paulo Guedes subiu de 20% para 25%. Em contraste, a percepção sobre a gestão Bolsonaro nas áreas de combate à corrupção (34% a 29%) e cultura (31% a 28%) piorou. PoderA4

Avaliação do governo

Em %



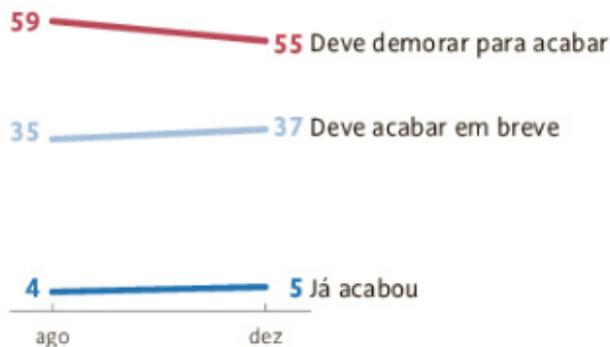
Expectativa para a situação econômica

Em %



Opinião sobre a crise econômica

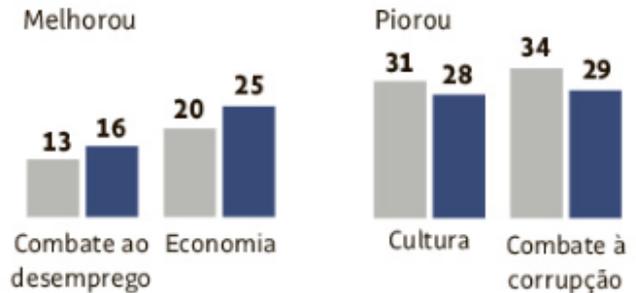
Em %



Avaliação do desempenho do governo

% de ótimo/bom

■ ago ■ dez



Na margem de erro

São sutis os movimentos do eleitorado neste primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro. A despeito da propensão do presidente ao conflito permanente e do avanço de uma agenda econômica controvertida e ambiciosa, seus índices de aprovação e rejeição não tiveram alterações bruscas.

Conforme pesquisa realizada pelo Datafolha na quinta e na sexta-feira (5 e 6), 30% dos brasileiros aptos a votar consideram o governo ótimo ou bom. O percentual é semelhante aos apurados em abril (32%), no início de julho (33%) e no final de agosto (29%).

Trata-se de uma proporção modesta para quem se saiu vitorioso nas urnas há cerca de um ano. A esta altura de seus governos, o tucano Fernando Henrique Cardoso e o petista Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, contavam com popularidade na casa dos 40%.

Em certa medida, o fenômeno atual é explicável pelo grau inusual de polarização ideológica vigente na sociedade. Mas enganou-se quem imaginou que Bolsonaro moderaria discurso e prática em busca do centro político, como fizera Lula, partindo da esquerda, no início da década passada.

Em vez disso, o mandatário se mantém aferrado às diatribes de campanha —ou talvez seja mais preciso dizer que se mantém em campanha. Hostiliza, a todo momento e a qualquer pretexto, políticos, imprensa, artistas, ambientalistas e o que quer julgue fazer parte

do establishment.

Sua rejeição mostrou elevação gradual de abril a agosto, quando a parcela dos que acham o governo ruim ou péssimo passou de 30% a 38%. Essa tendência parece agora estancada, com a taxa em 36%.

A estabilidade não deixa de ser notável num período em que se aprovou uma profunda reforma previdenciária —e diante da ampla percepção, também constatada pelo Datafolha, de que o presidente não se comporta de acordo com o cargo e de que a imagem do país no exterior piorou.

Entretanto também se nota, pela primeira vez no ano, alguma alta do otimismo com a economia. Hoje, 43% dos eleitores acredita que a situação vai melhorar, ante 40% em agosto; a avaliação positiva da política econômica subiu de 20% para 25%, movimento que não se estendeu a outras áreas do governo.

Há razões a sustentá-lo. A queda da inflação e dos juros tem facilitado, enfim, a expansão do crédito e do consumo; o desemprego cai, embora lentamente; os investimentos privados, ainda muito deprimidos, estão aumentando.

Tais fatores encorajam projeções de um crescimento do PIB acima de 2% em 2020, após três anos na casa de 1%. A margem de erro nesse caso, porém, é elevada, ainda mais no imprevisível governo Bolsonaro.

Reivindicando o fracasso

HÉLIO SCHWARTSMAN

Saíram os resultados de mais um Pisa, o exame internacional a que são submetidos alunos de 15 anos de 79 países ou regiões. O Brasil interrompeu os tímidos avanços que vinha obtendo e estabilizou-se entre os últimos colocados. Em matemática, prova em que teve seu pior desempenho, ficou em 58º lugar.

A melhor forma de humilhar um futurologista é pedir-lhe que descreva com algum detalhamento como será o mundo dentro de 20 ou 30 anos. Aí, é só esperar o tempo passar e confrontar as previsões com a realidade. A taxa de acertos costuma ser irrisória.

Tal constatação não deve nos impedir de arriscar palpites. É da natureza humana imaginar o porvir. Se formos prudentes e nos limitarmos a apontar tendências muito gerais, há até uma chance de acertarmos.

Um prognóstico que me parece razoavelmente seguro é o de que a prosperidade de uma nação dependerá cada vez mais do nível de conhecimento e das inovações que ela será capaz de produzir.

Se a dinâmica já tem sido essa desde que os primeiros hominídeos começaram a criar as primeiras ferramentas, o movimento deve intensificar-se quanto mais avançarmos na automação e na utilização da inteligência artificial — tendência que já me parece difícil de interromper.

Nesse mundo, terão sucesso os países que conseguirem formar cidadãos aptos não apenas a utilizar as novas tecnologias como também a criar em cima delas, para o que é indispensável um sistema educacional eficiente, que proporcione a todos os conhecimentos básicos que serão instrumentais para existir no futuro.

O Brasil está ficando para trás nessa corrida. Do jeito que caminhamos, vamos nos consolidar como um país café com leite. Até nos beneficiaremos de tecnologias criadas lá fora, mas seremos menos do que figurantes no jogo principal.

Quando 43% dos alunos não aprendem aquilo que se define como o mínimo necessário, o país já pode reivindicar o fracasso.

Queimando crédito

BRUNO BOGHOSSIAN

Logo antes da posse, 65% dos brasileiros diziam que a gestão de Jair Bolsonaro seria ótima ou boa. O índice era o menor entre todos os presidentes desde a redemocratização, mas dava algum fôlego para o recém-eleito. Em pouco mais de 11 meses de mandato, o novo governo queimou parte desse crédito.

A última pesquisa Datafolha mostra que o índice de expectativas positivas em relação a Bolsonaro caiu para 43%. Isso significa que, de cada três eleitores que acreditavam que ele faria um governo ótimo ou bom, um mudou de ideia.

A população não tem bola de cristal, mas a deterioração indica que o presidente deve enfrentar um país mais inquieto nos próximos anos. Sua conduta irresponsável pode ter ajudado a consolidar uma base fiel e segurar um índice de aprovação de 30%, mas também contribuiu para a erodir a confiança em seu trabalho.

Dos entrevistados neste levantamento, 43% disseram que não creem nas declarações de Bolsonaro. Além disso, metade das

pessoas ouvidas respondeu que ele não se comporta como um presidente deveria se comportar —na maioria das vezes ou em nenhuma situação.

O estilo presidencial atrapalha, mas é o menor dos problemas. A conversão das expectativas em aprovação ou reprovação a partir do ano que vem dependerá muito mais dos números da economia do que da quantidade de vídeos escatológicos postados nas redes sociais.

Entre as áreas de atuação do governo, o combate ao desemprego e a redução da miséria lideram a lista de avaliações negativas: 59% acham que Bolsonaro faz um trabalho ruim ou péssimo nesses setores.

A atividade econômica deve dar sinais melhores nos próximos anos, mas esse giro pode demorar a chegar ao emprego e à população mais pobre. O segmento de baixa renda, aliás, é o que mais reprova o governo.

Em 2019, Bolsonaro ainda conseguiu utilizar como desculpa a herança da gestão desastrosa de Dilma Rousseff na economia. Em 2020, esse crédito pode se esgotar.

Reação da economia freia perda de popularidade de Bolsonaro, diz Datafolha

Ricardo Balthazar
SÃO PAULO

A lenta recuperação da atividade econômica ajudou o presidente Jair Bolsonaro a frear a acentuada perda de popularidade sofrida por seu governo ao longo do ano, indica uma nova pesquisa realizada pelo Datafolha.

Segundo o instituto, a taxa de aprovação à sua administração oscilou de 29% para 30% na primeira semana de dezembro, dentro da margem de erro do levantamento, que é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

A taxa de reprovação ao governo, que tinha crescido de 30% para 38% nos primeiros oito meses depois da posse de Bolsonaro, agora oscilou negativamente para 36%, variação que também está dentro da margem de erro do instituto.

O Datafolha entrevistou 2.948 pessoas em 176 municípios do país na quinta (5) e na sexta (6). As entrevistas foram feitas pessoalmente, em locais de grande circulação.

A pesquisa captou vários sinais

de que parte da população voltou a observar com otimismo a situação econômica. Segundo o Datafolha, 43% acham que ela vai melhorar nos próximos meses. Em agosto, 40% pensavam assim.

Na semana passada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que a economia cresceu 0,6% no terceiro trimestre, resultado que levou os analistas a rever suas projeções para este ano e o próximo.

As duas únicas áreas do governo cuja avaliação melhorou de forma significativa desde agosto, fora da margem de erro da pesquisa, estão ligadas ao desempenho da economia.

Segundo o Datafolha, a taxa de aprovação ao trabalho da equipe econômica do governo aumentou de 20% para 25%, e a do combate ao desemprego foi de 13% para 16%.

A taxa de desemprego vem diminuindo, com a criação de novos postos de trabalho, mas nas regiões mais pobres do país mais da metade dos empregados ocupa vagas informais, sem carteira assinada.

De acordo com o levantamento,

o otimismo com a economia é maior entre os mais ricos do que nas camadas mais pobres da população, assim como os índices de popularidade do governo Bolsonaro.

A maioria da população percebe que a retomada da economia ainda é pouco vigorosa. Para 55%, a crise que o Brasil atravessa deve demorar para acabar, e o país não voltará a crescer com força tão cedo. Outros 37% acham que a crise será superada em meses.

Embora a melhora das expectativas econômicas tenha estancado a perda de popularidade do presidente, a pesquisa do Datafolha mostra que Bolsonaro ainda é visto com ceticismo por boa parte da população do país.

Segundo a pesquisa, 43% acham que seu governo será ótimo ou bom daqui para frente, mas 32% acham que ele será ruim ou péssimo e 22% preveem que seu desempenho será apenas regular nos próximos anos.

Em todas as outras áreas do governo em que houve melhora na avaliação, a variação foi de dois pontos percentuais ou menos —ou seja, dentro da margem de erro da pesquisa.





A avaliação do governo Bolsonaro piorou em duas áreas que despertam grandes expectativas entre seus eleitores desde a campanha eleitoral de 2018.

A taxa de aprovação ao seu desempenho no combate à corrupção caiu de 34% para 29%, segundo o Datafolha. Enquanto isso, subiu de 44% para 50% a reprovação ao governo nessa área.

Em relação à cultura, a aprovação ao trabalho do governo caiu de 31% para 28%, enquanto os que avaliam como ruim/péssimo oscilaram de 33% para 34%, e os que consideram regular, de 32% para 34%.

Representante do extinto Ministério da Cultura, a Secretaria Especial da Cultura passou por idas e vindas desde o início do governo, sendo transferida em novembro da pasta da Cidadania para a do Turismo.

Numa escala que vai de 0 a 10, a nota média atribuída pelos entrevistados ao presidente foi 5,1, a mesma de agosto.

O nível de otimismo com a atuação do governo é o mais baixo desde que Bolsonaro chegou ao poder. No início do ano, 59%

achavam que ele faria um governo merecedor de aprovação.

Seu temperamento continua alimentando desconfiças, de acordo com a pesquisa. A maior parte da população diz que Bolsonaro não se comporta como o cargo de presidente da República exige.

É assim na maioria das vezes para 28% dos entrevistados e em algumas situações para 25%, diz o instituto. Outros 28% acham que Bolsonaro nunca se comporta adequadamente.

Nos últimos meses, Bolsonaro culpou organizações não governamentais pelo crescimento do desmatamento na Amazônia sem apresentar evidências, fez ameaças à Folha e à Rede Globo e decidiu romper com o partido que o elegeu, o PSL.

Segundo o Datafolha, 43% da população diz que nunca confia no que o presidente fala e 37% acham que suas declarações só merecem credibilidade às vezes. Somente 19% dizem acreditar sempre em Bolsonaro.

O levantamento mostra também que 39% acham que a imagem do Brasil no exterior piorou um ano

depois que Bolsonaro assumiu a Presidência. Outros 25% dizem que o prestígio do país ficou igual e 31% afirmam que ele melhorou.

Em dezembro de 2003, no fim do primeiro ano do mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), 53% achavam que seu governo tinha contribuído para melhorar a imagem do país no mundo e somente 7% diziam que ela tinha piorado, segundo o Datafolha.

Os números do instituto indicam que Bolsonaro chega ao fim do primeiro ano no cargo com avaliação pior do que a recebida por alguns de seus antecessores no mesmo período do mandato.

Fernando Henrique Cardoso (PSDB) era aprovado por 41% da população no fim do primeiro ano, Lula alcançou 42% e Dilma Rousseff (PT) tinha 59% de aprovação a essa altura.

Somente Michel Temer (MDB) e Itamar Franco chegaram ao fim do primeiro ano com reprovação maior do que a de Bolsonaro agora. Um ano após o impeachment de Dilma, o ex-presidente Temer era reprovado por 61%.

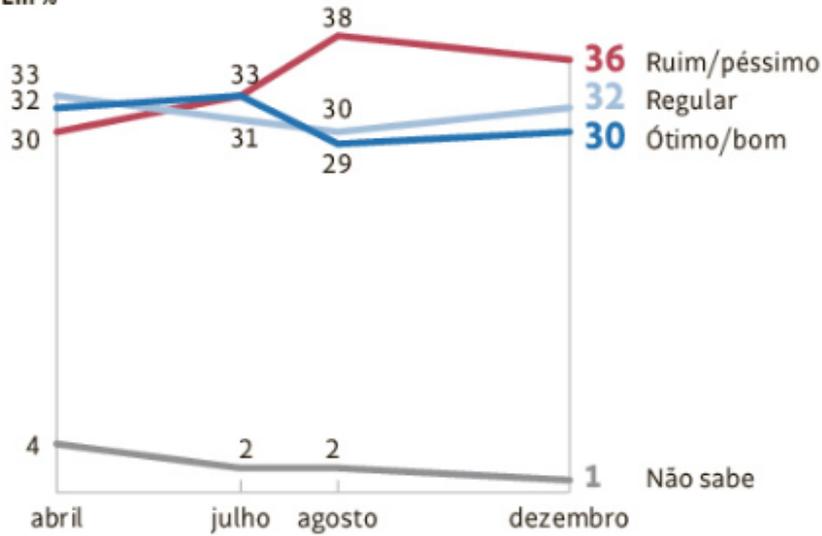




Aprovação e reprovação do governo Bolsonaro têm leve oscilação

Avaliação do governo

Em %



5,1
é a nota média
do governo,
segundo os
entrevistados

Quem mais
aprova o
governo

Segmentos que
avaliam o governo
como ótimo/bom

Em %

Homens	35	
Ensino superior	35	
Branco	37	
Evangélicos neopentecostais	39	
Moradores do Sul	40	
Mais de 5 salários mínimos	44	
Empresários	58	

E quem
mais rejeita

Segmentos que
avaliam o governo
como ruim/péssimo

Em %

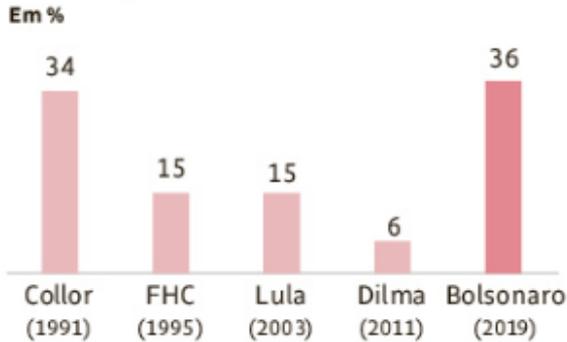
Mulheres	41	
Mais jovens (16 a 24 anos)	41	
Mais pobres	43	
Pretos	46	
Desempregados	48	
Indígenas	50	
Moradores do Nordeste	50	
Adeptos de religiões afrobrasileiras	55	





Na margem de erro, Bolsonaro empata com Collor como mais mal avaliado entre os eleitos em primeiro mandato

Avaliação ruim/péssima aos 12 meses do primeiro mandato



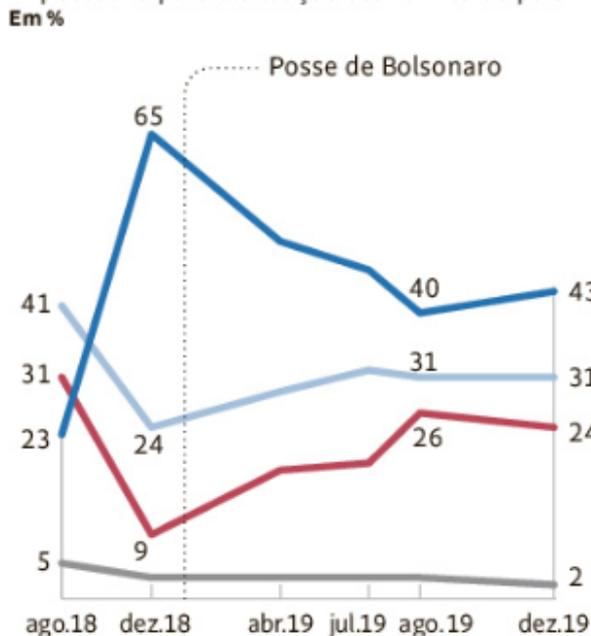
Otimismo com o governo tem menor índice no ano

Expectativa ótima/boa em relação ao governo daqui para a frente

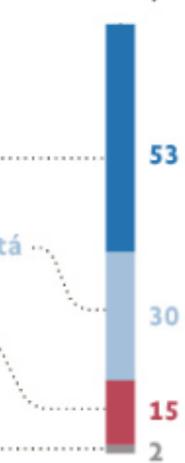


Brasileiros estão um pouco mais confiantes com a economia que em agosto

Expectativa para a situação econômica do país



Expectativa para a situação econômica do próprio entrevistado, em %





Apesar da melhora, maioria ainda acha que crise demora a acabar

Opinião sobre a crise econômica no país

Em %

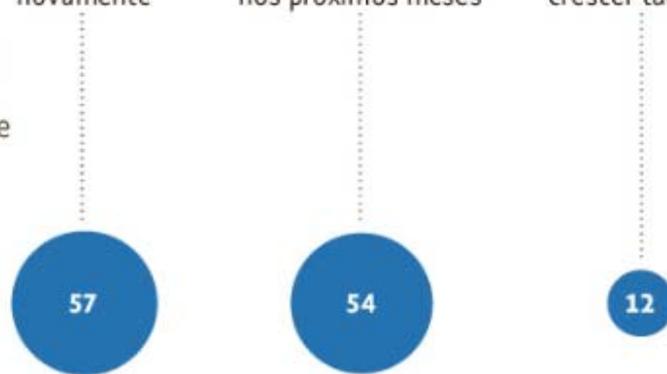
agosto
dezembro



Apoio a Bolsonaro é maior entre quem considera que a crise já chegou ao fim

Avaliam o governo como ótimo/bom de acordo com a opinião sobre a crise econômica no país

Em %



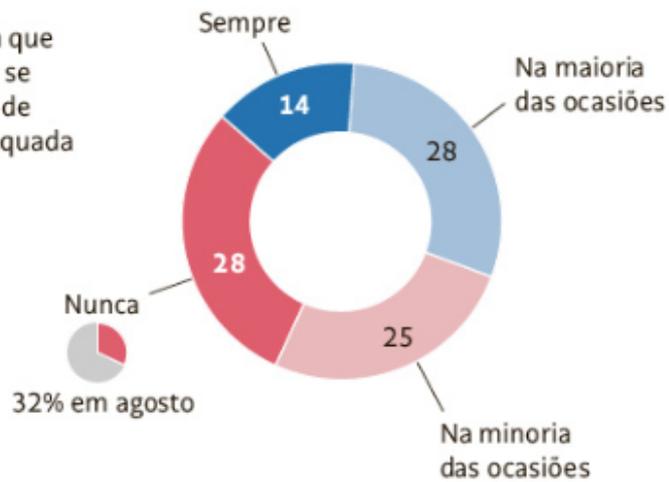
Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.948 entrevistas realizadas em 176 municípios de todo o país em 5 e 6 de dezembro; margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%





Maioria considera que o presidente tem comportamentos que não condizem com o cargo que ocupa

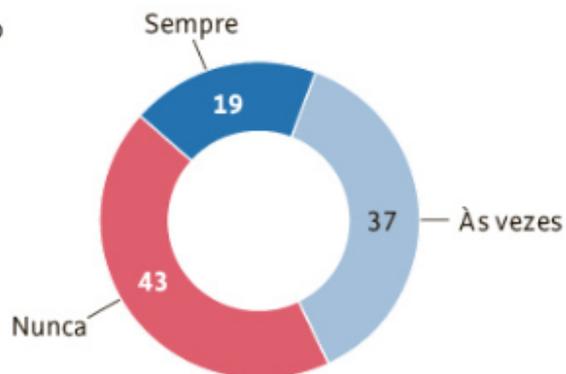
Acreditam que Bolsonaro se comporta de forma adequada
Em %



80% dizem desconfiar das declarações de Bolsonaro

Confiam no que o presidente diz
Em %

Percentuais oscilaram dentro da margem de erro em relação a agosto



Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.948 entrevistas realizadas em 176 municípios de todo o país em 5 e 6 de dezembro; margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%





Saúde e educação são vistos como os principais problema do país

Principais problemas da alçada do governo federal
Em %



São também áreas em que o governo tem desempenho ruim, segundo entrevistados

Avaliação do desempenho como ótimo/bom
Em %



Desafio do governo passa por otimismo econômico e controle da comunicação

ANÁLISE

**Mauro Paulino e
Alessandro Janoni**

Paulino é diretor-geral do Datafolha e Janoni, diretor de pesquisas do instituto

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) completa um ano de governo com popularidade mais baixa do que a verificada no início do mandato, porém com oscilações positivas, dentro da margem de erro, em relação à pesquisa realizada no final de agosto, quando a polêmica sobre as queimadas na Amazônia assumiu proporção de crise internacional, em confronto direto com o presidente da França, Emmanuel Macron.

A leve variação se dá principalmente pelo refluxo de parte do apoio que Bolsonaro havia perdido por conta do episódio, inclusive em segmentos da população que o elegeram.

A bandeira do meio ambiente e a inadequação do presidente brasileiro ao lidar com essa e outras questões da gestão havia atingido não só estratos que historicamente o rejeitam —mulheres,

os mais pobres e os que vivem no Nordeste— como também alcançado parcelas dos que mais o apoiam, como homens, moradores do Sul e os mais escolarizados.

Agora, ele recupera pontos tanto nestes subconjuntos quanto entre os mais ricos, onde quase a metade o considera ótimo ou bom. Como são estratos de baixo peso quantitativo na composição do eleitorado, as alterações não se projetam significativas para o total da amostra.

Com base nos dados, os fatores que melhor explicam o resultado são pequenas mudanças de percepção da opinião pública sobre o comportamento do presidente e também sobre o desempenho da economia.

A taxa dos que dizem que Bolsonaro nunca age como um presidente da República caiu quatro pontos percentuais nos últimos três meses. O fato coincide com maior controle da comunicação oficial, depois de arroubos belicosos nas redes sociais em função da divulgação do envolvimento de seu nome nas

investigações do assassinato da vereadora Marielle Franco.

Sobre a economia, nenhuma outra área do governo apresentou crescimento de popularidade mais expressivo —o índice dos que aprovam o setor subiu cinco pontos percentuais nos últimos três meses, enquanto o combate à corrupção, mote do marketing eleitoral bolsonarista e um dos itens melhor avaliados do governo em agosto, caiu em proporção equivalente.

Outras variáveis apontam para a mesma direção —a taxa dos que acham que a crise econômica do Brasil deve demorar

[...]

Sobre a economia, nenhuma outra área do governo apresentou crescimento de popularidade mais expressivo





para acabar sofreu queda de quatro pontos, e o índice dos que percebem melhoras na economia nos últimos meses subiu cinco. Enxergam avanços na economia principalmente os homens, os mais escolarizados e com maior renda familiar mensal.

O período de campo do levantamento coincide com a divulgação dos números de alta do PIB no terceiro trimestre deste ano, alavancado principalmente por investimentos do setor privado, assim como com a liberação de recursos do FGTS e pagamento da primeira parcela do 13º.

Interessante notar que a aprovação ao ministro Paulo Guedes oscila um ponto positivo, enquanto a de Sérgio Moro oscila um negativo, dentro dos limites da margem de erro, o que remete a estudos futuros a confirmação ou não das tendências detectadas agora.

O mesmo raciocínio vale para a imagem do presidente Jair Bolsonaro. Não só as variações de sua avaliação ficaram dentro da margem de erro, como também as oscilações no índice de afinidade dos

brasileiros com o presidente.

Segundo a escala elaborada pelo Datafolha, a taxa de bolsonaristas “heavy”, isto é, eleitores do presidente que o aprovam e confiam em tudo que ele diz, passou de 12% para 14% na população, índice que chega a 37% entre empresários, 31% entre habitantes mais ricos do Sul e 29% entre os homens com renda superior a 5 salários mínimos.

No extremo oposto, detratores “heavy”, que não votaram, o reprovam e não confiam em Bolsonaro, oscilaram negativamente dois pontos nos últimos três meses — de 30% para 28%. São principalmente entrevistados que se auto classificam indígenas (42%) e negros (35%). Também ocorrem com mais frequência entre os que se dizem desempregados (39%), estudantes (37%) e entre as mulheres de menor renda (32%).

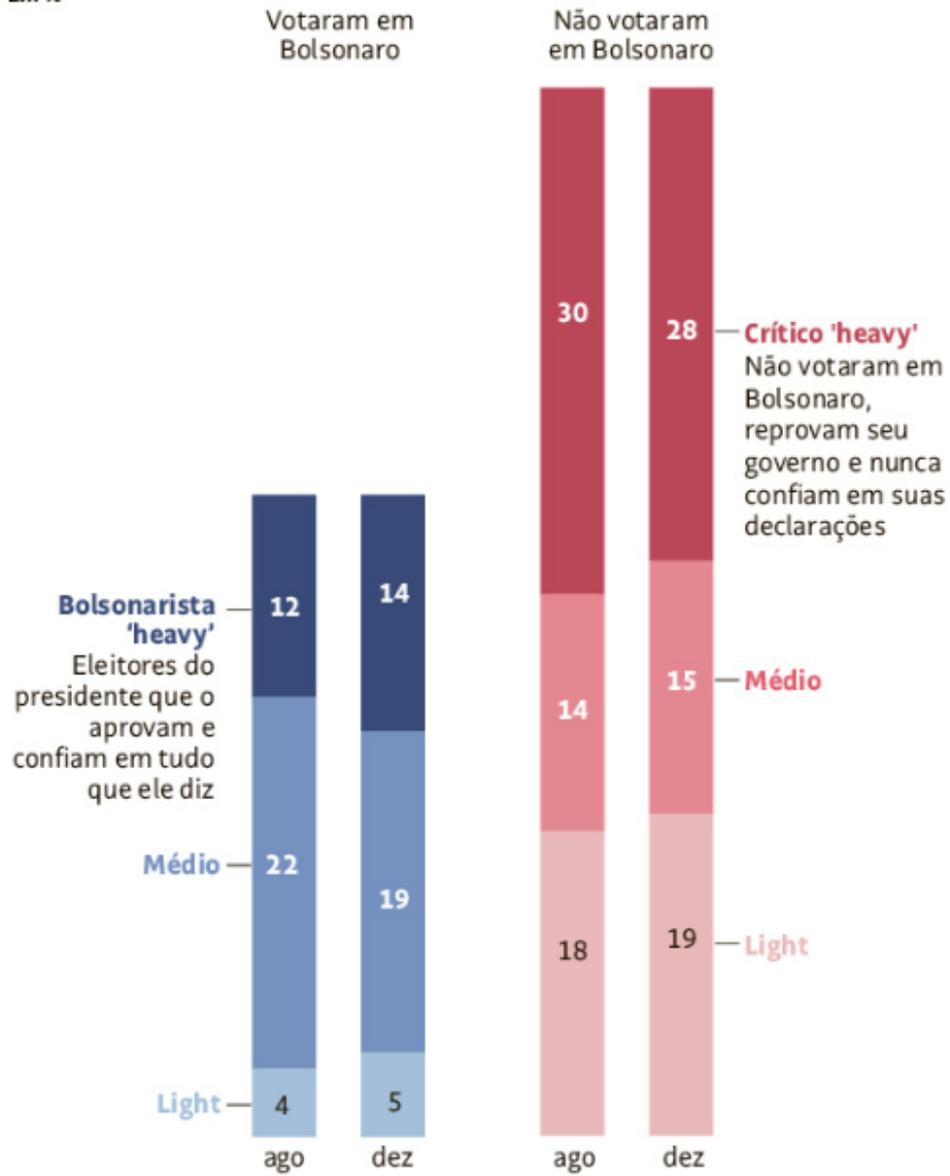
Sobre o futuro, o desafio do governo passa por manter o controle da comunicação oficial e gerar expectativa positiva quanto à economia, tarefa mais difícil diante do crescimento de pessimismo sobre a inflação.





Como os eleitores se dividem

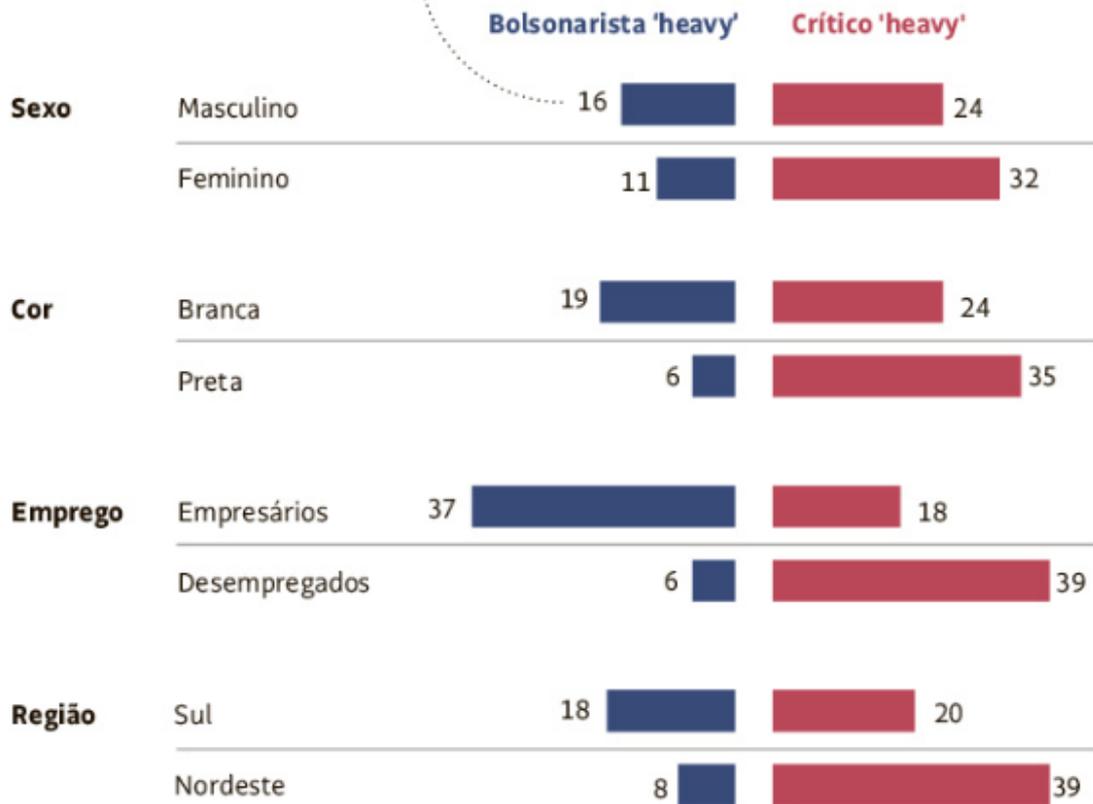
Em %





Quem eles são Em %

16% dos homens se enquadram nesse grupo, contra 11% das mulheres



20% dos moradores do Sul se enquadram nesse grupo, e 39% dos do Nordeste

Fonte: Datafolha

Um jabuti gigante olhando para Bolsonaro

O repórter Aguirre Talento botou aos pés de Jair Bolsonaro um caso que lhe permitirá mostrar a extensão de seu compromisso com a defesa da bolsa da Viúva.

No dia 21 de agosto o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, FNDE, anunciou que realizaria um pregão eletrônico (13/2019) para a compra de “equipamentos de tecnologia educacional para a rede pública de ensino”.

Os educatecas queriam comprar 1,3 milhão de computadores, notebooks e laptops. Até aí seria coisa de Primeiro Mundo, com a Boa Senhora gastando R\$ 3 bilhões.

Alguém sentiu cheiro de queimado. O presidente do FNDE, nomeado em fevereiro, foi dispensado e seu sucessor, Rodrigo Dias, assumiu no dia 30 de agosto. Em 4 de setembro revogou preventivamente o edital.

Entre agosto e as duas primeiras

semanas de setembro a Controladoria-Geral da União apontou “inconsistências” no edital. Põe inconsistência nisso.

Noves fora que o Ministério da Economia não foi consultado para uma licitação de R\$ 3 bilhões, ficando-se só em dois pontos apontados pela CGU, via-se que:

Os 255 alunos da Escola Municipal Laura Queiroz, de Itabirito (MG), receberiam 30 mil laptops (118 para cada um). Poderia ter sido um erro de digitação, mas a CGU mostrou que 355 escolas receberiam mais de um laptop por aluno, e 46 delas, mais de dois. Cada jovem da Chiquita Mendes, de Santa Bárbara do Tugúrio (MG) receberia cinco.

Na outra ponta do negócio, o das empresas que ofereciam equipamentos, a CGU achou duas, a Daruma (de Taubaté) e a Movplan (de Ribeirão Preto). Ambas mandaram cartas de cinco linhas, com o mesmo fraseado e o mesmo erro de português: “Sem mais, para

o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessária”.

A Movplan fica em Ribeirão Preto, mas datou sua carta de Taubaté, onde mora a Daruma.

As “inconsistências” apontadas pela CGU foram rebatidas pelo FNDE num documento de 20 páginas. A autorização do Ministério da Economia não seria necessária, não se tratou da coincidência gramatical das duas cartas e a remessa para as escolas de um número de laptops superior ao de alunos seria corrigida.

O FNDE alegrou-se, informando que só na escola Laura Queiroz, a Viúva economizaria R\$ 54,7 milhões.

O edital foi finalmente revogado pelo FNDE no dia 9 de outubro, data da conclusão do Relatório de Avaliação da CGU. Final feliz, graças à vigilância de competência de um órgão controlador da





administração pública.

O que pode parecer um desfecho deveria funcionar para Bolsonaro como um começo: Como é que esse edital apareceu? Uma despesa de R\$ 3 bilhões não é um jabuti qualquer. A burocracia do FNDE blindou-se diante das advertências da CGU. Blindada continuou depois da posse do novo presidente e da revogação preventiva do edital.

Cada ato administrativo praticado nessa novela tem um responsável, ou vários. O mesmo se pode dizer das empresas que foram atraídas (ou fizeram-se atrair) pela bonança do negócio. Os auditores da CGU defenderam a bolsa da Viúva, mas se o caso terminar com a simples revogação do edital e zero a zero, bola ao centro, sem a exposição dos responsáveis, eles estarão enxugando gelo.

Serviço: O relatório da CGU, a réplica do FNDE e a tréplica dos auditores estão na rede, no seguinte endereço: <https://auditoria.cgu.gov.br/download/13562.pdf>.

São 66 páginas de textos com algum juridiquês e muito computês, mas alegrarão quem acredita que há uma banda competente e vigilante no serviço público.

À QUEIMA-ROUPA

Professor Israel Batista (PV-DF), deputado federal

Com a participação na Comissão Externa de Acompanhamento do Ministério da Educação, qual sua visão sobre a atuação do MEC neste governo?

A minha visão é de preocupação. Primeiro, porque foi um ano sem execução orçamentária em diversas áreas. Gastou-se muito tempo em debates infrutíferos, lutando contra moinhos de ventos. Foi um ano sem orçamento, com dinheiro que já existe lá sem ser investido. Criou-se um campo de batalha nas redes sociais e gastou-se energia enorme em assuntos polêmicos, mas assuntos importantes não foram tratados. Não há planejamento, iniciativa. Como o MEC está perdido, municípios e estados também ficam perdidos. A minha visão é de que foi uma atuação invencionista, preocupada com assuntos polêmicos, mas que abandonou a resolução de problemas históricos que são consenso entre os diversos.

Na comissão, o senhor fez o relatório sobre a formação dos professores. O que nos falta, quais os principais problemas?

Primeira coisa é que a formação inicial dos professores brasileiros é muito deficiente. São currículos muito teóricos e fragmentados. É muita teoria e pouca prática.

Também temos epidemia de ensino a distância nas licenciaturas em pedagogia. Então, esses fatores somados trazem uma baixa qualidade na formação dos professores no Brasil. Há um fator agravante: o ministério não se entende sobre qual deve ser o currículo dos professores. Há quatro secretarias dentro do MEC que não se decidem sobre isso. Logo, os estados e municípios também não se entendem. Não há critérios para definir o que é bom e o que é ruim, e não se consegue fiscalizar a qualidade dos cursos que temos.

A que se deve o resultado do Brasil no Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes)?

Primeira coisa que a gente precisa dizer é que o Brasil melhorou muito pouco em relação ao que deveria melhorar. Nossos estudantes não conseguem identificar a ideia central de um parágrafo, fazer a conversão do real para o dólar aos 15 anos. É um problema antigo, que vem se arrastando. Se olharmos o filme da educação, veremos que ela vem melhorando, mas, quando olhamos a fotografia, a gente se assusta porque ainda é muito ruim. O problema mais grave está na educação infantil e fundamental, porque não temos investido em formação docente. Outra questão grave é a falta de sequência das políticas públicas. O processo de melhoria da educação é evolutivo e não revolucionário. Então, é preciso de tempo, de continuidade e de

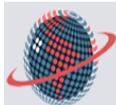
sequência para avançarmos.

Que avaliação o senhor faz da educação no governo Ibaneis?

Tenho sentido no DF uma menor atenção a esse tema. O tema da segurança pública capturou a atenção do poder público no DF. Estamos descontinuando políticas que eram importantes. A militarização das escolas foi colocada como a panaceia, como única solução. Não acho que o modelo seja totalmente equivocado, mas estamos abraçando esse sistema como se fosse salvar tudo. A gestão compartilhada deve ser com universidades, com a Secretaria de Cultura, com as embaixadas. Precisamos transformar a escola numa responsabilidade coletiva. Só com a Polícia Militar dentro dos colégios coloca-se uma pressão enorme na PM e cria-se a falsa impressão de que tudo será resolvido.

O senhor disse que políticas importantes foram deixadas de lado no DF. Quais são elas?

Precisamos focar na preparação de adolescentes da periferia para universidades. Eles farão o Enem e o vestibular, precisam de apoio para isso. Temos de dar continuidade à ampliação e à revigoração dos Centros Interescolares de Línguas (CIL). Poucas atividades escolares interferem tanto na carreira profissional quanto o aprendizado de uma língua estrangeira. Então, precisamos voltar a dar atenção urgentemente a isso e ampliar e melhorar a estrutura dos CILs.

**Escuta essa, deputado!**

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, deu provas de que anda antenado, literalmente, no que falam sobre ele. Há dias, grupo de deputados federais foi ao gabinete tratar da PEC 15/2015, sobre o novo Fundo de Educação Básica, o bilionário Fundeb, repassado a prefeituras. Há divergências entre o chefe da pasta e o presidente da comissão especial, deputado Bacelar (Podemos-BA). Nada andou. Mas, na saída, numa cena constrangedora, o ministro mostrou o motivo da má vontade na reunião. Chamou o deputado a sós ao gabinete e mostrou-lhe um áudio de entrevista a rádio, na qual o parlamentar o desanica. Weintraub, segundo fontes, pediu retratação de público, e Bacelar se negou. A situação azedou de vez. O ministro não respondeu a Coluna.

Na escuta

“Houve, de fato, esse pedido de retratação, por parte de Weintraub, mas por entender que não há motivos para tal, Bacelar não o fez”, informa a assessoria do deputado.

Sem consenso

A pauta é o principal motivo de “divergência”, hoje, entre o MEC e a Câmara dos Deputados. A deputada Dorinha Seabra (DEM-TO) também estava na reunião.

Homônimos

Importante ressaltar que há dois primos homônimos baianos deputados federais. Bacelar, o mais velho, foi o alvo do ministro. Não o boa praça João Carlos Bacelar (PL)

EM BUSCA DA ESPECIALIZAÇÃO

Crise e medo de desemprego levam a aumento de 74% de alunos em cursos lato sensu

ELISA MARTINS E
BRUNO ALFANO
sociedade@oglobo.com.br

Crise econômica e medo do desemprego têm aumentado a busca por programas de pós-graduação lato sensu no Brasil. De 2016 a 2019, o número de alunos que frequentam cursos de especialização de nível superior subiu 74%. O crescimento foi puxado pela especialização na rede privada, que registrou expansão de 80% — contra 41% na rede pública — e pelo Ensino à Distância (EaD).

Já são 1.187.457 alunos em especializações de nível superior no país — há quatro anos, eram 683.053 — divididos em mais de 73 mil cursos. Os dados são do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), que apresentou ontem uma pesquisa inédita sobre cursos de especialização lato sensu no Brasil. O estudo mostra ainda que os alunos têm rendimento médio mensal de R\$ 4,6 mil, valor 150% maior do que a média dos que fazem graduação.

OFERTA MAIOR

Segundo o diretor-executivo do Semesp e coordenador geral do

estudo, Rodrigo Capelato, o aumento surpreendeu os pesquisadores: — Chama a atenção porque, geralmente, em países mais desenvolvidos, a educação é acíclica. Nos momentos de crise econômica, as pessoas procuram mais por educação porque ficam preocupadas com o desemprego. No Brasil sempre foi o contrário. Na crise, aqui se perde aluno por falta de capacidade de pagar (pelos cursos).

Para Capelato, há ainda outras motivações, como a busca da especialização para se atualizar na área profissional ou aumentar as chances de empregabilidade.

É o caso de Ana Beatriz Brito, de 24 anos, que emendou a graduação em Marketing, Publicidade e Propaganda com uma pós em Comunicação Digital na Universidade Estácio de Sá no intuito de conseguir uma vaga na área.

— Vi que só a graduação não era suficiente para trabalhar nessas áreas. Com MBA tenho mais chance de conseguir um emprego. Não tenho experiência na área, mas o meu curso tem muita atividade prática. Isso me deixa mais preparada para o mercado — acredita a estudante, que atualmente trabalha como assistente administrativa em uma empresa.

Hoje há aproximadamente duas mil instituições de ensino que oferecem especialização de nível superior nas modalidades presencial e EaD. E mais de 90% delas, 1.868

instituições, são privadas.

— A oferta é muito maior de cursos de especialização do que mestrado e doutorado. Estes são difíceis de conseguir abrir, a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Ministério da Educação) é extremamente rígida, e tem de ser mesmo. Mas a oferta é menor, e as vagas são restritas, com mais concorrência. E a especialização é focada no mercado de trabalho — diz Capelato.

No mesmo período avaliado, o número de alunos em cursos de mestrado e doutorado stricto sensu não apresentou aumento tão significativo: o crescimento foi de 18% no mestrado e 9% no doutorado. Considerando a população com 24 anos ou mais, estima-se que 5,7 milhões de pessoas tenham concluído um curso de especialização de nível superior de 2016 para cá. No mestrado, são 918 mil e, no doutorado, 384 mil. — Ainda existe um funil imenso até a educação superior — diz Capelato. — Se considerarmos que 55 milhões de pessoas têm até o ensino fundamental no país, e 5,7 milhões concluem uma especialização, podemos dizer que, a cada dez pessoas que começam o ensino fundamental, apenas uma faz uma pós lato sensu. E apenas 0,3 chega a um doutorado.

No aumento pela especialização, cresceu também a modalidade de Ensino à Distância (EaD). Até 2018,





o número de alunos em EaD aumentou 125%, com um a cada três alunos estudando nessa modalidade. — O EaD se encaixa melhor ainda na pós. O público da graduação que faz o EaD é mais velho, acima de 30 anos ou mais, que, por sua vez, também é justamente a idade de quem faz pós-graduação — diz Capelato.

EXIGÊNCIA CADA VEZ MAIOR

Doutora em Educação pela PUC-Rio, Andrea Ramal defende que toda formação ajuda no mercado de trabalho. No entanto, ela ressalta que o MBA já teve mais peso no currículo.

— Como muita gente já tem (MBA no currículo), os profissionais agora estão buscando níveis cada

vez mais acima para competir — afirma ela, para quem uma das vantagens da especialização é o aprofundamento de temas proporcionado nesses cursos: — Nesse tipo de pós-graduação tem que escolher um tema de pesquisa, apresentar trabalhos mais aprofundados, e isso pode coincidir com os interesses de certas empresas — explica. A pesquisa do Semesp traça ainda um perfil dos alunos que frequentam cursos de especialização. As mulheres são maioria (62,6%), e 88% estudam em instituições privadas. O estado de São Paulo reúne 24% dos alunos, seguido por Minas Gerais (11%). Rio de Janeiro, Bahia e Paraná empatam, com 7% cada um. A região Sudeste concentra 44% do total de estudantes lato sensu.





RAIO-X DE CURSOS E ESTUDANTES

Já são 1.187.457 alunos em pós-graduações no país; em 2016, eram 683.053



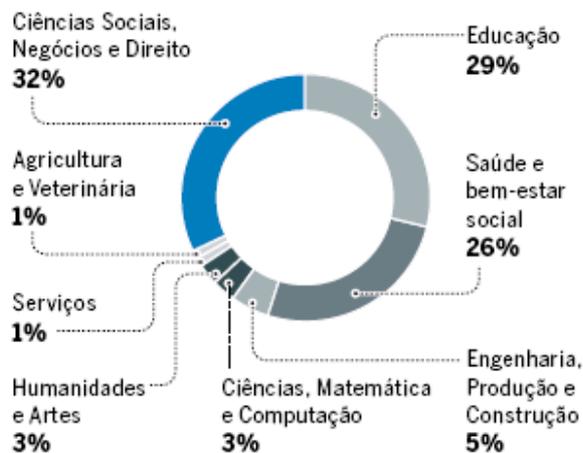
73.255

Número de cursos de especialização de nível superior ofertados no país

77,9%

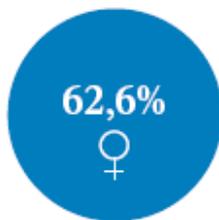
São cursos presenciais

Áreas ofertadas



Perfil dos alunos

Percentual de mulheres que frequentam cursos de especialização no Brasil



Fonte: Semesp

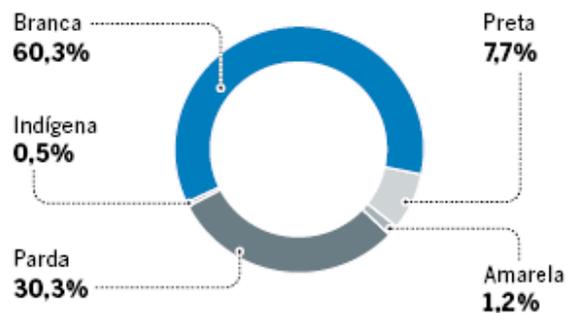
Percentual de homens que frequentam cursos de especialização no Brasil



22,1%

São cursos de ensino à distância

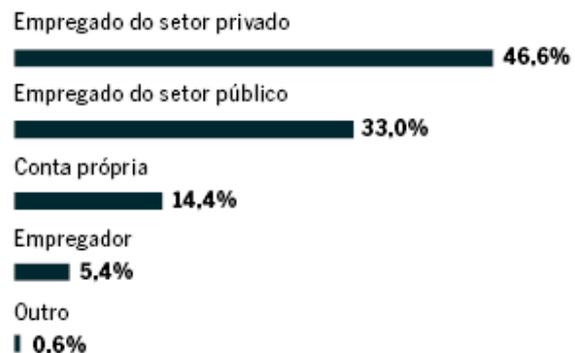
Por etnia



84,9%

Percentual de alunos de cursos de especialização que trabalham

Tipo de trabalho do estudante brasileiro de especialização



Editoria de Arte

Pisa

Fernando Haddad

O Brasil foi dos países que mais evoluíram no Pisa entre 2000 e 2009. Se tivéssemos mantido o ritmo de melhoria nos nove anos seguintes, teríamos sido, em 2018, o país líder em qualidade da educação básica na América Latina, ladeado pelo Chile. Em 2030, ficaríamos próximos da OCDE, cuja média, por sinal, caiu no período 2000-2018.

O biênio 2000-2001 marca o nosso fundo do poço em termos de qualidade educacional, tanto nas avaliações internacionais quanto nas nacionais. Avaliar qualidade da educação por meio de testes padronizados é um procedimento discutível, mas nas condições em que se encontravam as escolas brasileiras, tão distanciadas do compromisso com a aprendizagem, não havia alternativa senão adotá-los.

No governo Lula, aumentamos em 2% do PIB o investimento público em educação básica (para 5%), mantendo no mesmo patamar de 1% o investimento em educação superior. Pela primeira vez na nossa história, o Brasil investia em educação pública a média da OCDE

como proporção do PIB.

Por meio do Fundeb e do FNDE, canalizamos os recursos adicionais para os dez estados mais pobres da federação, nas regiões Norte e Nordeste. Com a criação do Ideb, passamos a monitorar escola por escola, rede por rede.

Os resultados foram extraordinários no ensino fundamental 1 e bastante razoáveis no ensino fundamental 2. O ensino médio (foco do Pisa), contudo, não reagiu, a não ser naqueles estados apoiados pela União.

Os dados são eloquentes. Pelo Ideb do ensino médio estadual, Pernambuco (4,0) superou São Paulo (3,8), alcançado pelo Ceará (3,8), que superou Minas Gerais (3,6), Rio Grande do Sul (3,4) e Rio de Janeiro (3,3), alcançado pelo Piauí (3,3). Os estados do Nordeste estão demonstrando uma capacidade de gestão muito superior aos do Sul-Sudeste, com exceções.

O MEC deixou de divulgar os resultados do Pisa por estado, mas não creio que os resultados seriam

diferentes. Tudo leva a crer que a estagnação da média brasileira tenha a ver com a evolução da qualidade do ensino médio público das regiões mais ricas do país.

Evidências sugerem que há uma correlação entre investimento e qualidade, mas até certo ponto. A partir de determinado patamar (US\$ 8.000/aluno por ano), outros fatores passam a ser mais relevantes. Basta notar o sofrível desempenho da elite brasileira no Pisa.

O apoio técnico federal à gestão das escolas e redes públicas estagnadas deveria estar no alto das preocupações do MEC.

São considerações de quem, da creche a pós-graduação, apresentou resultados quantitativos e qualitativos para alguém que deveria deixar de lado o histrionismo e se pôr a trabalhar.

Fernando Haddad

Professor universitário, ex-ministro da Educação (governos Lula e Dilma) e ex-prefeito de São Paulo.

Número de estudantes em cursos de especialização cresce 74% em 4 anos

Para instituições, busca por qualificação e atualização profissional após demissão explicam a alta

Angela Pinho

SÃO PAULO Em um período de fraco desempenho da economia, disparou no país a procura por cursos superiores de especialização, mais ligados ao aperfeiçoamento profissional.

De um total de 683 mil alunos em 2016, eles passaram a ter 1,19 milhão em 2019, um crescimento de 74% em apenas quatro anos.

No mesmo período, os programas de mestrado e doutorado tiveram um crescimento bem mais tímido —18% e 9%, respectivamente—, alcançando um total de 381 mil.

Os dados fazem parte de levantamento feito pelo Semesp (sindicato das mantenedoras de ensino superior) com base em números do segundo trimestre da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) Contínua, do IBGE, e do e-MEC, sistema do Ministério da Educação.

A pesquisa leva em conta apenas cursos com duração mínima de 360 horas.

Para Rodrigo Capelato, diretor executivo do Semesp, as incertezas econômicas foram um fator decisivo para o crescimento das especializações (também conhecidas no meio acadêmico como modalidade *lato sensu*).

"Quando há uma crise, as pessoas se preocupam com



Biblioteca da PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo, que oferece cursos *lato sensu*. Foto: Bruno Santos - 24. set. 19 / 70 / Agência





empregabilidade: ou arrumar um trabalho ou se manter nele. E uma boa forma de fazer isso é investir na formação”, afirma ele.

Segundo os dados levantados pela entidade, 85% dos alunos de especialização, como os MBAs, trabalham, dos quais 66% estão no emprego há dois anos ou mais; e 41% do total de estudantes são os principais responsáveis pelo domicílio onde vivem.

Outros fatores que, para Capelato, contribuem para o crescimento da modalidade são a redução do preço de alguns dos cursos e o aumento da oferta de aulas por meio da EAD (educação a distância), cuja flexibilidade atende bem as necessidades do público que trabalha.

As matrículas do ensino remoto mais que dobraram e atualmente respondem por 32% do total.

A recuperação da atividade econômica, ainda que lenta, também contribuiu para a expansão do mercado de especializações.

Diretor de Educação Executiva da FGV-SP, Paulo Lemos afirma que, após uma queda entre 2014 e 2016, as matrículas nas especializações oferecidas pelas instituições voltaram a crescer e, no ano que vem, deverão superar a marca registrada em 2013.

Uma das razões é que muitas empresas que subsidiavam a menos parte da formação de seus funcionários puderam voltar a fazê-lo.

Ele afirma ainda que a crise também fez surgir novas demandas, como a de profissionais qualificados para trabalhar com dados para permitir a tomada de decisões de negócio complexas.

O perfil do aluno de um curso de educação executiva em geral é o de uma pessoa com cinco anos de carreira, em cargo de gestão, que busca acelerar a evolução da profissional, afirma Marcelo Orticelli, diretor responsável por essa área no Insper.

Além de se diferenciar dos demais no mercado, em um MBA o estudante tem a oportunidade de ampliar a sua rede de contatos na área em que ele atua.

Pró-reitor de educação continuada da PUC (Pontifícia



Alunos da FGV-SP; diretor prevê recorde de matrículas em especializações no ano que vem

“ Quando há uma crise, as pessoas se preocupam com empregabilidade: ou arrumar um trabalho ou se manter nele. E uma boa forma de fazer isso é investir na formação

Rodrigo Capelato
diretor-executivo do Semesp
(sindicato das mantenedoras de ensino superior)

Universidade Católica) de São Paulo, Silas Guerriero concorda e aponta ainda outro ingrediente da crise que turbinou o crescimento da pós-graduação lato sensu: as indenizações recebidas por profissionais demitidos de seus postos de trabalho, que muitos escolheram usar em um investimento na formação.

“Ter graduação virou o mínimo no mercado de trabalho. Para concorrer de verdade, é preciso ter algo a mais.” Embora esse diferencial também possa ser obtido com um mestrado profissional ou mesmo acadêmico, a especialização, além da rede de contatos, envolve mais conteúdo em sala de aula do que pesquisa. “Nesses cursos, o aluno vai ter mais carga horária em sala de aula e vai mais receber conhecimento do que produzir por conta própria.”

Segundo o levantamento do Semesp, 88% das matrículas em especializações estão em instituições privadas, que puxaram o crescimento da modalidade — elas aumentaram em 80% o número de alunos, quase o dobro da taxa de 41% da rede pública.

Assim como as particula-

res, as universidades estaduais também podem cobrar uma taxa dos alunos, de acordo com decisão proferida em 2017 pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

A renda média dos estudantes desses cursos, de qualquer forma, é em média 150% maior do que a daqueles que apenas fazem uma graduação — R\$ 4.634,50 contra R\$ 1.860,30. O perfil do estudante é predominantemente feminino (62,6%), o que pode ser explicado pelo alto número de alunos em cursos ligados à educação, saúde e serviços sociais. Elas tradicionalmente são maioria principalmente no mercado ligado ao ensino.

O Sudeste também domina as matrículas, com 44%, seguido do Nordeste, que tem participação de 23%.

O crescimento da pós lato sensu se dá em um momento de crescimento pífio no mercado da graduação. De 2016 a 2018, o número de matrículas nesse nível de ensino cresceu apenas 5%, segundo o Censo da Educação Superior. O aumento é puxado pela EAD. Nos cursos presenciais, o número de alunos no setor privado vem caindo.

Cursos de especialização cresceram 74% em quatro anos

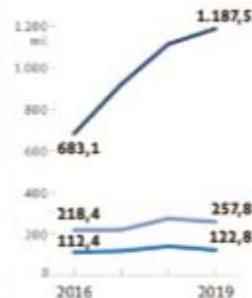
Alunos na pós-graduação

Em milhares

— Especialização de nível superior

— Mestrado

— Doutorado



Perfil do aluno de especialização

Gênero, em %



Emprego, em %



Condição no domicílio onde vive, em %



Rendimento médio dos alunos

Renda média (em R\$)



Fonte: Instituto Semesp

Nota de corte de metade dos cursos da Fuvest é menor que 45 pontos

SÃO PAULO A Fuvest, responsável pelo processo seletivo da USP (Universidade de São Paulo), divulgou nesta sexta (6) a nota de corte do vestibular para a segunda fase do processo seletivo 2020. A lista completa está em www.fuvest.br/fuvest-2020-notas-de-corte/

Nesta edição da prova, os candidatos que disputam uma vaga em 54 dos 106 cursos ofertados precisaram acertar menos da metade (45) das questões do exame para avançar à segunda fase.

Quase a metade desses cursos ficam em cidades do interior do estado, como Piracicaba, Ribeirão Preto, Pirassununga, Bauru, São Carlos e Lorena.

Estão nesse grupo a engenharia ambiental em Lorena, com 33 pontos de nota de corte e a de alimentos em Pirassununga, também com 33 pontos de nota de corte, além dos cursos de licenciatura.

No certame anterior, a nota de corte em 77 cursos ficou abaixo dos 45 pontos.

Os cursos de medicina têm as três maiores notas do certame. A medicina em São Paulo atingiu nota 78. No interior, tanto o curso ofertado em Ribeirão Preto como o de Bauru atingiram 75 pontos.

A quarta maior nota de corte foi obtida pela engenharia aeronáutica, de São Carlos, com 70 pontos. A quinta é do curso de relações internacionais, com 64.

Serão convocados, segundo a instituição, 34.924 candidatos para a segunda fase, que disputarão 11.147 vagas. Incluindo ostreineiros, o total geral de candidatos sobe para 38.087.

Os candidatos que fizeram a prova da Fuvest da primeira fase encontraram um exame tradicional, mas com algumas pequenas novidades. O destaque desta edição foram as questões interdisciplinares. Este ano também foi marcado pela primeira prova em cores, mas o exame não foi completamente colorido.

As provas da segunda fase (dissertativa) serão realizadas nos dias 5 e 6 de janeiro de 2020. Ao todo, a Fuvest recebeu mais de 129 mil candidatos. A primeira chamada será divulgada no dia 24 de janeiro.



Veja algumas das notas de corte da Fuvest 2020*

Curso	Ptos
Medicina - São Paulo	78
Medicina - Bauru	75
Medicina - Rib. Preto	75
Engenharia aeronáutica - São Carlos	70
Relações internacionais	64
Psicologia	63
Engenharia (Pol)	62
Audiovisual	61
Psicologia - Rib. Preto	60
Engenharia - São Carlos	59
Ciências Biomédicas	59
Engenharia - São Carlos	59
Biotecnologia - São Paulo	27**
Pedagogia - Rib. Preto	27
Letras - São Paulo	27
Química - Licenciatura - Rib. Preto	27
Gestão ambiental - Piracicaba	28
Saúde pública	29
Matemática aplicada	33

* Na ampla concorrência

** Candidatos com menos de 27 pontos (20% de acertos) são eliminados. Fonte: Fuvest

O Pisa e o futuro da educação

No dia seguinte à divulgação dos resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês), que voltou a comprovar a má qualidade do sistema brasileiro de ensino básico, o presidente Jair Bolsonaro fez o que os especialistas em educação mais temiam.

Em vez de discutir em termos técnicos um problema que pode comprometer a emancipação intelectual e social das próximas gerações e pedir ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, a formulação de uma política que defina prioridades para o setor educacional, Bolsonaro optou por fazer comentários genéricos. Mas, em primeiro lugar, confundiu ensino fundamental com ensino médio e este com ensino superior. Em segundo lugar, invocou argumentos ideologicamente enviesados. E, em terceiro lugar, tentou atribuir a responsabilidade pelo baixo nível do ensino brasileiro ao educador Paulo Freire, falecido em 1997. “O Ministério dele

tem quase 300 mil servidores. As universidades têm autonomia. O Ministério eu jamais aceitaria ir para lá (sic). Ele (Weintraub) tem habilidade, competência, tem formação compatível para isso. Mas é um Ministério que tá ali (sic), pode explodir de uma hora para outra, dada a sensibilidade dos mesmos (sic)”, disse Bolsonaro. Ao tratar do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), justificou os maus resultados atacando Paulo Freire. “Não deu certo. Os caras seguíam a máxima de Lenin, não tome quartéis, tome escolas. Isso não é obsessão minha, uma doença, psicose, é uma realidade, os números estão aí”, concluiu.

Diante de comentários tão confusos e desastrosos, vários especialistas em educação não esconderam seu temor. Com base num relatório elaborado por uma comissão da Câmara dos Deputados, afirmaram que, em matéria de ensino, 2019 foi um ano perdido. Entre outros motivos, por causa da falta de foco e de planejamento do MEC, da inépcia da máquina administrativa, da inexistência de articulação entre a União e os Estados e municípios, do baixo apoio

financeiro à rede escolar pública e da alta rotatividade nos cargos comissionados, uma vez que a maioria dos nomeados foi indicada mais por critérios políticos, ideológicos e religiosos do que pedagógicos.

Os mesmos especialistas também alegam que, pelo que mostrou nos quase nove meses em que está à frente do MEC, o titular da pasta deixou claro que não conhece educação e que não tem assessoria competente. E, numa demonstração de que não tem planos, perdeu tempo discutindo questões de menor relevância, como a expansão da rede de escolas militares, limitou-se a olhar para o passado, criticando as gestões petistas, sem se preocupar com o futuro – principalmente com relação ao ensino fundamental e médio.

Por isso, vai se disseminando nos meios educacionais a ideia de que, no que depender do governo do presidente Jair Bolsonaro, as pontuações obtidas pelo Brasil na próxima edição do Pisa, a ser realizada em 2021, serão ainda piores do que as registradas na edição de 2018.

“Mantida a rota adotada pelo atual governo, que não investe em professores e na atratividade da docência, o Brasil perderá posições no próximo ranking do Pisa”, afirma a presidente executiva do movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz. “Sem um projeto de longo prazo, que pense na valorização dos professores, na atratividade da carreira e na formação inicial e continuada dos profissionais da área é difícil ter boas expectativas”, diz o professor Gregório Durlo Grisa, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

A valorização da carreira docente foi, justamente, o maior determinante do sucesso de todos os países que estão no topo do ranking do Pisa e dos países latino-americanos que mais avançaram na edição de 2018. Já entre nós, o presidente Bolsonaro e o ministro Abraham Weintraub não perdem oportunidade para criticar e desqualificar. Nesse cenário, como a educação brasileira pode ter um futuro promissor?

Governo vai reformular Bolsa Família e destinar benefício a crianças e jovens

Adriana Fernandes Mateus Vargas / BRASÍLIA

O Planalto prepara uma reformulação do Bolsa Família para imprimir a marca do governo Bolsonaro. Está definido que o programa será ampliado e vai conceder valores maiores aos beneficiados e atender jovens de até 21 anos. A ideia é dividir o Bolsa Família em três: benefício-cidadania, para famílias de baixa renda; benefício à primeira infância, para crianças de até 3 anos, e benefício a crianças e jovens, de até 21 anos. Também está nos planos a criação de um prêmio para valorizar crianças que tiverem sucesso em olimpíadas de conhecimento, passarem de ano e se destacarem no esporte. A reformulação pode incluir até a mudança do nome do programa para “Renda Brasil”. A proposta está em análise na equipe econômica para definição dos recursos adicionais. O orçamento previsto para 2020 é de R\$ 29,5 bilhões. A sugestão é de um aumento de R\$ 16,5 bilhões. Hoje, o benefício pago pelo programa varia conforme a renda da família. Para aquelas na faixa da pobreza e da extrema pobreza, o valor pode chegar a R\$ 205 mensais. O benefício médio pago foi de R\$ 189,21 por família.

O governo acerta os últimos detalhes de uma reforma para turbinar o Bolsa Família, o mais

importante programa social do País voltado para a população de baixa renda. A pedido da Casa Civil, o Ministério da Cidadania propôs a reformulação daquela que foi a principal bandeira do expresidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para imprimir a marca do governo Bolsonaro, pode até mudar de nome e se chamar “Renda Brasil”. O que já está definido é que será ampliado para atender a jovens de até 21 anos e conceder valores maiores aos beneficiários.

O benefício pago hoje pelo programa varia conforme a renda da família. Para aquelas na faixa da pobreza e da extrema pobreza, o valor pode chegar a R\$ 205 mensais. Na folha de setembro, o benefício médio pago às famílias pelo Bolsa Família foi de R\$ 189,21. A ideia do governo é aumentar esta média, mas ainda não há uma meta definida.

A proposta apresentada pelo Ministério da Cidadania está em análise na equipe econômica para definição do volume de recursos adicionais ao programa. O plano original da ala política do governo era aumentar em R\$ 16,5 bilhões os recursos para o programa – que tem um orçamento previsto para 2020 de R\$ 29,5 bilhões. São R\$ 14,1 bilhões adicionais ao que já é gasto anualmente e mais R\$ 2,4 bilhões para bancar, no ano que vem, o pagamento do 13.º salário. Segundo apurou o Estado, a área econômica já avisou que pode garantir, por ora,

“no máximo” R\$ 4 bilhões adicionais.

A ideia é dividir o programa em três: benefício cidadania, dado às famílias de baixa renda; benefício primeira infância, para crianças de até 3 anos; e benefício a crianças e jovens, contemplando jovens de até 21 anos. Além disso, a ideia é criar um extra para valorizar a “meritocracia”: seria um prêmio para crianças que tivessem sucesso em olimpíada de conhecimento, passassem de ano e se destacassem no esporte.

Reunião. A grande dúvida ainda é sobre a receita extra para bancar o aumento das despesas. Uma reunião técnica realizada ontem no Palácio do Planalto terminou sem definir a origem dos recursos, já que é preciso encontrar um espaço no teto de gastos – regra que limita o crescimento das despesas à variação da inflação. A equipe econômica pediu mudanças no desenho previsto no projeto.

Um das propostas é direcionar ao Bolsa Família parte do que o governo pretende arrecadar com o fim da isenção de impostos sobre a cesta básica. Cálculos do governo mostram que uma transferência de R\$ 4 bilhões da arrecadação do imposto que passará a ser cobrado sobre a cesta poderia incrementar em R\$ 24,10 extras, em média, o valor do benefício para cada uma das 13,8 milhões de famílias inscritas no programa.

Governo tenta reagir a ação do Congresso

Planalto quer se ‘apropriar’ das discussões sobre redução da desigualdade, no momento em que tema ganha força entre parlamentares

Adriana Fernandes Mateus Vargas / BRASÍLIA

O pedido feito pela Casa Civil à equipe econômica para ampliar o orçamento destinado a programas sociais representa um contra-ataque do governo a propostas apresentadas no Congresso para incluir um novo benefício para a população de baixa renda no texto da Constituição.

O Senado Federal aprovou esse dispositivo na chamada Proposta de Emenda Constitucional (PEC) paralela, que originalmente prevê a inclusão de Estados e municípios nas novas regras de Previdência. Em outra frente, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, patrocina um pacote social, que conta também com uma medida semelhante sugerida pela deputada Tabata Amaral (PDT-SP).

A leitura é a de que o governo tem de se apropriar da temática da redução da desigualdade social, debate que ganha força com a saída do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva da cadeia. A preocupação com o “efeito Chile”, com protestos que se espalharam por toda a América Latina, também está no radar dos principais assessores do presidente Jair Bolsonaro.

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, no entanto, avalia que é preciso cautela no direcionamento dos recursos porque os resultados da área econômica ainda não permitem reforços tão vultosos no caixa de programas sociais, como a ala política do governo tem demandado.

Subsídios. Um integrante da equipe econômica avalia que a revisão de benefícios e subsídios em vigor poderá ampliar os programas sociais nos próximos anos. O primeiro passo já ocorreu com a garantia de um 13.º salário aos beneficiários do Bolsa Família, programa do governo Lula que tanto o presidente Bolsonaro como

Rodrigo Maia querem turbinar.

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, fez uma reunião sobre políticas contra a pobreza no feriado de 15 de Novembro, com a presença dos ministros da Educação, Abraham Weintraub, e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves. No encontro, ficou combinado que, em dezembro, o governo anunciaria novos programas sociais e mudanças naqueles que já existem.

A ideia inicial era anunciar a reformulação do Bolsa Família já na próxima quinta-feira, mas essa data ainda não está acertada. Segundo apurou o Estado, o governo deseja criar “portas de saída” para o Bolsa Família, com incentivo, por exemplo, à melhoria do rendimento dos alunos nas escolas.

Em defesa dessa ideia, o presidente Bolsonaro tem repetido que o melhor indicador social de um país seria o número de pessoas que deixam de receber benefícios desse gênero.

FUB oferece 9 vagas de professor

A Fundação Universidade de Brasília (FUB) está com as inscrições abertas de sete editais de concursos públicos que oferecem, ao todo, nove vagas para professor de magistério superior. Após aprovados, os candidatos receberão remunerações variando de R\$ 3.600,48 a R\$ 9.616,18, a depender da titulação.

As inscrições já estão abertas e podem ser realizadas até 10 de janeiro próximo, pelo site www.concursos.unb.br. As taxas variam de R\$ 90,01 a R\$ 240,40. A seleção dos candidatos será realizada por prova escrita de conhecimentos, prova oral para defesa de conhecimentos, prova didática e prova de títulos.

O Edital 318 se refere a uma vaga para professor de psicologia para lotação no Departamento de Psicologia Escolar e Desenvolvimento (PED). A remuneração é de R\$ 9.616,18 e os interessados devem possuir graduação em psicologia e doutorado em psicologia ou áreas afins.

Já Edital 319 oferece uma vaga para professor de eletrônica (remuneração de R\$ 9.616,18). Mas é necessário ter doutorado em engenharia elétrica ou áreas afins. O aprovado será lotado no Departamento de Engenharia Elétrica.

O Edital 320 é para lotação na Faculdade de Medicina. A seleção oferece três vagas para professor adjunto, assistente e auxiliar de anatomia patológica. Remunerações: de R\$ 3.600,48 a R\$ 5.831,21. Os candidatos devem ter graduação em medicina, residência médica em patologia (anatomia patológica); doutorado em patologia, em ciências médicas, em ciências da saúde ou em áreas afins.

O Edital 322 é para vaga de professor na área de interpretação e voz. Remuneração: R\$ 9.616,18. Os candidatos precisam de doutorado em artes cênicas ou teatro ou artes e a lotação será para o Departamento de Artes Cênicas.

No caso do Edital 323, o Departamento de Métodos e Técnicas da Faculdade de Educação (MTC/FE) oferta uma vaga para professor de educação matemática. A remuneração é de R\$ 9.616,18, e os candidatos devem ser graduados em matemática e portador do título de doutor em educação matemática, ou educação em ciências e matemática ou educação.

Edital 324: uma vaga para estruturas metálicas e teoria das estruturas. Necessário ter bacharelado em engenharia civil e título de doutor em estruturas ou em engenharia civil. A remuneração: R\$ 9.616,18. Aprovados serão lotados no Departamento de Engenharia Civil e Ambiental.

O Edital 326 é para professor de ensino de ciências e matemática para lotação no Departamento Instituto de Ciências Biológicas. Necessário licenciatura em ciências naturais, ciências biológicas, biologia, física, química ou graduação em pedagogia, e doutorado em educação, ensino de ciências ou áreas afins. A remuneração será de R\$ 9.616,18.

Desafio na educação

O Brasil corre contra o tempo para colocar seus estudantes de ensino médio — os últimos três anos antes do ingresso na universidade — na escola de tempo integral, o que, comprovadamente, facilita o acesso à educação superior e oferece melhores possibilidades no campo profissional, inclusive em relação a ganhos salariais maiores quando ingressarem no mercado de trabalho. Estados e o Distrito Federal têm pela frente a difícil tarefa de cumprir o que prevê a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O grande desafio do novo ensino médio em tempo integral é aumentar para nove horas diárias a carga horária nas escolas públicas de todo o país, a partir do ano que vem, com o objetivo de ampliar a permanência do aluno no local de aprendizagem.

De acordo com as normas adotadas pelo governo federal no ano passado, as escolas estaduais de ensino médio têm de aumentar a carga horária no decorrer dos próximos cinco anos em pelo menos metade dos estabelecimentos de ensino. A proposta do novo modelo prevê elevação gradativa das 800 horas para 1.400 horas anuais. Nos primeiros cinco anos de vigência do ensino médio integral, as escolas já devem oferecer 1.000 horas de aula por ano. Essa é a meta prevista pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que determina a oferta do ensino integral em, no mínimo, 50% dos educandários públicos até 2024.

Atualmente, esse modelo é adotado em pequena escala em todas as unidades da Federação e no Distrito Federal, mas muito ainda tem de ser feito para a universalização desse avanço na política educacional brasileira. Números do PNE revelam que, em 2017 (ano do último levantamento), o país tinha apenas 8,7% de

matrículas em escolas em tempo integral. Especialistas apontam que, no mundo, não há qualquer caso de ensino médio de qualidade em tempo parcial. Nas nações desenvolvidas, a regra é a jornada ampliada na aprendizagem.

No Brasil, Pernambuco é o estado com a melhor performance e serve de exemplo para os demais entes federativos. A expectativa é de que, no ano que vem, mais de 60% das escolas estaduais pernambucanas já tenham adotado o ensino em tempo integral. O estado é pioneiro na implementação do novo modelo, tendo passado da 21ª colocação no Índice de Desenvolvimento Básico de Educação (Ideb) para o primeiro lugar em 2015. Hoje, ocupa o terceiro posto.

A intenção dos formuladores da política educacional do país é que, com o aumento do tempo de vivência dos estudantes nas salas de aula e demais ambientes dos estabelecimentos de ensino, haja uma melhora nos níveis críticos de aprendizagem atuais — o Brasil se saiu muito mal na última pesquisa do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre as 79 nações avaliadas. Espera-se, também, que possa ser estancada a evasão escolar, grave problema a ser sanado.

Certo é que o país alcançará índices satisfatórios em sua política educacional quando a escola transformar-se em incubadora dos projetos de vida dos jovens. E o ensino médio em tempo integral é uma estratégia de vital importância para o desenvolvimento integral dos estudantes, que vão vivenciar um mercado cada vez mais competitivo e desafiador.

TRÊS BOLSONARISTAS QUEREM A VAGA DE WEINTRAUB

Notícias sobre a eventual saída do ministro Abraham Weintraub (Educação), apesar de inicialmente negadas, movimentou candidatos ao posto. Lideram essa bolsa de apostas Antônio Freitas, pró-reitor de ensino da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Ricardo Braga, que já foi cotado para a secretaria (ex-ministério) da Cultura, e o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que tem conexões com movimento evangélico.

OPÇÃO TÉCNICA

Antônio Freitas é fellow da World Academy of Art & Science, além de ser ligado ao ministro Paulo Guedes (Economia). É uma opção técnica.

VELHO CONHECIDO

Ricardo Braga já trabalhou junto a Abraham Weintraub em outras ocasiões, além de manter fortes conexões a grupos privados de ensino.

SUPLENTE ELEITOR

Izalci tem simpatia de evangélicos e seu suplente Luiz Felipe Belmonte, marido da deputada Paula Belmonte (DF), é vice do Aliança pelo Brasil.

BEM NA FOTO

Quem “seca” Weintraub terá dificuldade: Bolsonaro gosta do estilo provocador do ministro. Se ele deixar o MEC, ganhará outro ministério.